



RELATÓRIO & CONTAS 2014

Banco BNP Paribas Personal Finance, S.A.



BNP PARIBAS
PERSONAL FINANCE



Índice

1. Relatório do Conselho Administração	4
1. Introdução	5
2. Enquadramento	5
2.1. Enquadramento Macroeconómico Internacional	5
2.2. Enquadramento Macroeconómico Nacional	6
2.3. Enquadramento sectorial	8
3. Atividade desenvolvida	9
3.1. Crédito Concedido	9
3.2. Carteira de Créditos	10
3.3. Recursos e organização	10
3.4. Desenvolvimentos e projetos	14
3.5. Responsabilidade social e ambiental	16
3.6. Qualidade	18
3.7. Risco	19
3.8. Balanço e conta de exploração	19
3.9. Gestão dos riscos financeiros	20
3.10. Gestão do capital e rácio de solvabilidade	25
4. Perspectivas futuras	26
5. Proposta de aplicação de resultados	27
6. Notas Finais	27
7. Bibliografia	28
2. Demonstrações Financeiras	29
3. Notas às Demonstrações Financeiras	34
Aspetos gerais	35
Notas:	
Nota 1 – Bases de apresentação das Demonstrações Financeiras e comparabilidade	35
Nota 2 – Principais critérios valorimétricos utilizados	36
Nota 3 – Informação requerida pela Carta Circular nº02/2014/DSP do Banco de Portugal	44
Nota 4 – Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	51
Nota 5 – Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito	51
Nota 6 – Aplicações em instituições de crédito	51
Nota 7 – Crédito a Clientes	52
Nota 8 – Provisões e Imparidade	54

Nota 9 – Ativos Não Correntes detidos para Venda.....	54
Nota 10 – Ativos Tangíveis e Intangíveis.....	55
Nota 11 – Ativos e Passivos por Impostos Correntes.....	56
Nota 12 – Ativos e Passivos por Impostos Diferidos.....	56
Nota 13 – Outros Ativos.....	57
Nota 14 – Recursos de Outras Instituições de crédito.....	59
Nota 15 – Recursos de clientes e Outros Empréstimos.....	60
Nota 16 – Outros Passivos.....	61
Nota 17 – Capital Social, Outras Reservas e Resultados Transitados.....	62
Nota 18 – Juros e Rendimentos Similares.....	63
Nota 19 – Juros e Encargos Similares.....	63
Nota 20 – Rendimentos de serviços e Comissões.....	64
Nota 21 – Encargos com Serviços e Comissões.....	64
Nota 22 – Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados (líquido).....	65
Nota 23 – Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda (líquido).....	65
Nota 24 – Resultados Reavaliação Cambial (Líquido).....	66
Nota 25 – Resultados de Alienação de Outros Ativos.....	66
Nota 26 – Outros Resultados de Exploração.....	67
Nota 27 – Custos com o Pessoal.....	68
Nota 28 – Gastos Gerais Administrativos.....	70
Nota 29 – Compromissos Extrapatrimoniais.....	71
Nota 30 – Transações com Partes Relacionadas.....	72
Nota 31 – Prestação do serviço de mediação de seguros ou de resseguros.....	74
Nota 32 – Divulgação de informação requerida pela Carta Circular nº 2/2014 DSP do Banco de Portugal.....	77
Nota 33 – Honorários do Revisor Oficial de Contas.....	91
Nota 34 – Divulgação de informação relativa ao ónus sobre ativos conforme Instruções 28/2014 e 29/2014 emitidas pelo BdP.....	91
4. Certificação Legal das Contas.....	92
5. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal.....	95



1. Relatório do Conselho Administração



1. Introdução

O presente Relatório, elaborado pelo Conselho de Administração do Banco BNP Paribas Personal Finance S.A. (adiante designado por Banco), visa efetuar o balanço da atividade do ano de 2014, bem como proceder à apresentação das contas

do Banco relativas ao mesmo período. Este documento apresenta o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras da sociedade que atua comercialmente com a marca Cetelem.

2. Enquadramento

2.1. Enquadramento Macroeconómico Internacional

Em 2014 assistiu-se a uma retoma do crescimento da economia mundial, apesar da manutenção de um fraco crescimento das economias avançadas, especialmente da área do euro e do menor dinamismo dos países emergentes e em desenvolvimento. Neste contexto, o consumo mundial de mercadorias reforçou o seu crescimento neste período, refletindo uma melhoria gradual da atividade económica com especial ênfase no segundo semestre de 2014.

Em termos globais, e de acordo com o "World Economic Outlook" emitido pelo Fundo Monetário Internacional, o PIB na União Europeia em 2014 cresceu cerca de 1.4%, acima do acréscimo de 0.2% registado em 2013 face a 2012. Esta expansão da atividade económica resulta de diferentes ritmos de taxa de crescimento do PIB nalgumas das principais economias da Europa, onde Espanha (1.3% em 2014 face a -1.2% em 2013), Alemanha (1.1% em 2014 face a 0.5% em 2013) e Reino Unido

(3.2% em 2014 face a 1.7% em 2013) apresentaram um crescimento do PIB mais acelerado face a França e Itália onde a taxa de crescimento foi próxima de zero.

Adicionalmente de referir que na Zona Euro verificou-se uma ligeira diminuição da taxa de desemprego que no final de 2014 se cifrou em 12.0%, quando em 2013 o valor tinha sido de 12.1%.

No que concerne às principais economias do resto do mundo, estas registaram performances próximas do que aconteceu no ano de 2013, nomeadamente, os Estados Unidos da América (2,2% vs 2,2% em 2013), no Japão (0,9% vs 1,5% em 2012), e na China (7,4% vs 7,3% em 2013).

Em 2015 perspetiva-se uma aceleração do crescimento na maioria das economias, com ênfase na UE (1.8%) e nos EUA (3.1%).

	2011	2012	2013	2014 ESTIMATIVA	2015 PREVISÃO
UE (27 Membros)	1,7%	-0,4%	0,2%	1,4%	1,8%
UEM (15 Membros)	1,4%	-0,7%	-0,4%	1,0%	1,4%
Portugal	-1,3%	-3,2%	-1,4%	1,0%	1,5%
Alemanha	3,4%	0,9%	0,5%	1,4%	1,5%
EUA	1,8%	2,8%	2,2%	2,2%	3,1%
China	9,3%	7,7%	7,7%	7,4%	7,1%
Japão	-0,6%	1,4%	1,5%	0,9%	0,8%

Tabela 1 – Evolução do PIB em %
Fonte: FMI – World Economic Outlook – Fevereiro 2015

2.2. Enquadramento Macroeconómico Nacional

O ano de 2014 fica marcado pela conclusão com sucesso, em Maio, do Programa de Assistência Económica e Financeira resultante do “Memorando de Entendimento sobre as Condicionalidades de Política Económica” assinado a 17 de Maio de 2011. Em consequência, Portugal recuperou o acesso aos mercados de dívida internacionais, sendo que tal facto pode ser explicado essencialmente por três factores, nomeadamente: o aprofundamento institucional a nível europeu; uma perceção de risco mais favorável; e a correção de algumas das fragilidades estruturais que caracterizavam a economia portuguesa. Tal como previsto, este programa teve um impacto profundo na sociedade portuguesa, em particular através da redução acentuada do rendimento disponível das famílias,

justificado quer pelo aumento da carga fiscal, quer pela redução ou suspensão de alguns apoios sociais. Por outro lado, verificou-se uma melhoria acentuada das contas externas, registando-se um excedente na balança corrente e de capital a partir do final de 2012. Por último, a desalavancagem do sector bancário ocorreu de forma gradual e consistente com a redução do endividamento externo que também ocorreu no sector não financeiro.

No gráfico seguinte apresentamos a evolução das *yields* da dívida pública portuguesa a 5 e a 10 anos, onde podemos verificar a quebra que existiu desde finais de 2013 e que se acentuou com o fim do Programa de Assistência em Maio de 2014:

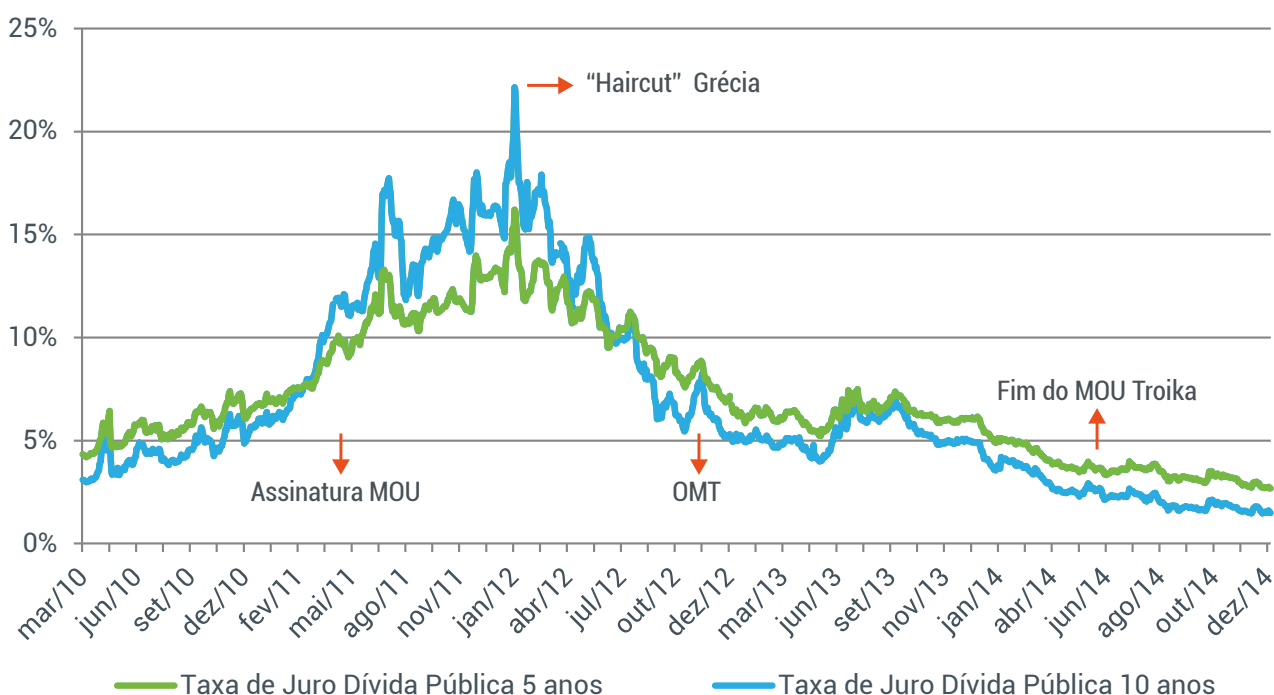


Gráfico 2 – Evolução das yields da dívida pública portuguesa

Fonte: Reuters

Em 2014 a atividade económica apresentou um crescimento moderado, sustentado pela recuperação da procura privada (+1.8%), em particular do consumo e do investimento em máquinas e equipamentos. As exportações e

as importações tiveram um comportamento semelhante registando-se um crescimento de 4.3% nestas rubricas, contudo o saldo da balança corrente e de capital manteve-se numa situação de superavit, algo que acontece desde final de 2012.

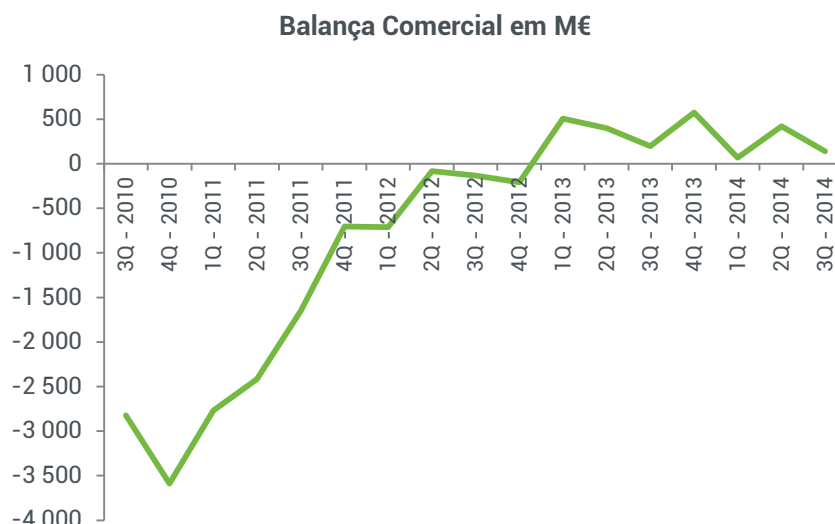


Gráfico 2 – Evolução da Balança comercial portuguesa

Fonte: INE

É esta conjuntura de melhoria dos indicadores económicos que permite a Portugal apresentar um crescimento moderado do PIB estimado em 1,0%

em 2014, recuperando face à contração de -1,4% verificada em 2013.

Portugal	2011	2012	2013	2014 ESTIMATIVA	2015 PREVISÃO
PIB	-1,3%	-3,2%	-1,4%	1,0%	1,5%
Procura Interna	-5,7%	-6,6%	-2,4%	1,8%	0,4%
Exportações	8,6%	-3,2%	10,9%	4,3%	5,6%
Importações	-4,9%	-11,9%	6,0%	4,3%	4,2%
Inflação	3,6%	2,8%	0,4%	0,0%	1,1%
Desemprego Anual	12,7%	15,5%	16,2%	14,2%	13,5%
Défice	-4,3%	-6,5%	-5,0%	-4,0%	-2,5%
Peso da Dívida	108,2%	124,1%	129,9%	131,3%	128,7%

Tabela 2 – Evolução dos principais agregados económicos de Portugal
fontes: FMI e OCDE (Procura Interna)

Em 2014 manteve-se o decréscimo da taxa de desemprego mensal alcançando valores próximos, ainda que superiores, dos registados antes do início da intervenção da Troika em Portugal. Em termos anuais, em 2014, a taxa de desemprego fixou-se nos 14,2%, face a 16,2% registados em 2013.

Adicionalmente, de referir que apesar desta quebra, a redução no desemprego jovem (faixa etária entre os 15 e os 24 anos de idade) foi pouco significativa mantendo-se o valor na ordem dos 35% ao fim de 2014, quando em 2013 este valor registava 38%.

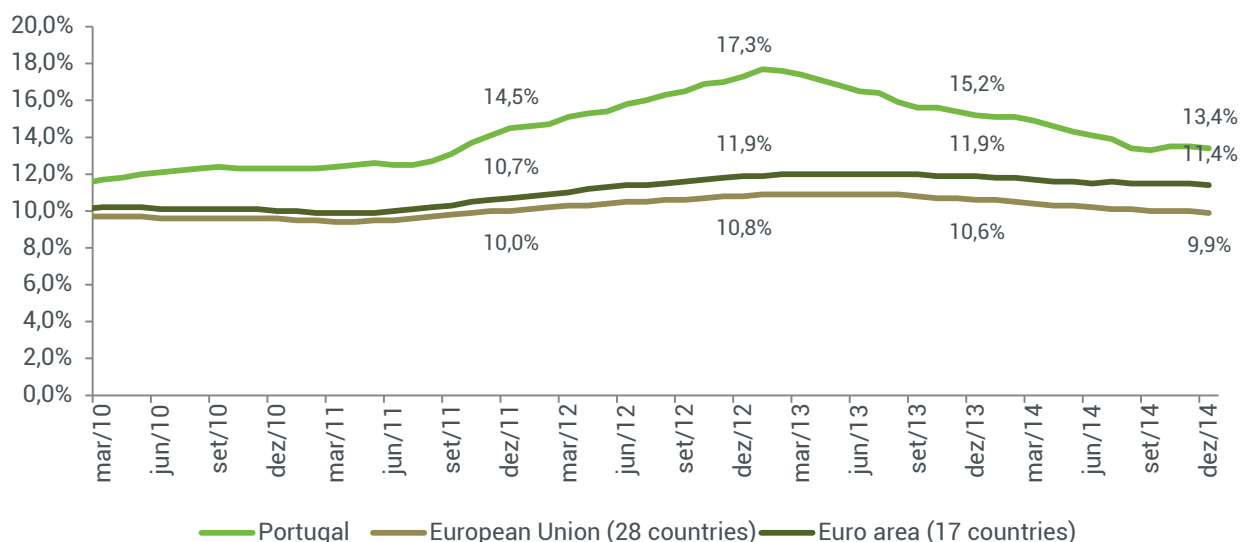


Gráfico 3 – Evolução Mensal da Taxa de Desemprego em Portugal
Fonte: EUROSTAT

No que concerne ao défice orçamental de Portugal em 2014, estima-se que se situe por volta dos 4,0% do PIB, assistindo-se a uma recuperação face aos 5,0% registados em 2013.

2.3. Enquadramento sectorial

Relativamente à atividade, a carteira de empréstimos de instituições de crédito a particulares decresceu em 2014, terminando o ano a diminuir cerca de 3% face ao ano anterior. Saliente-se que o recurso ao crédito junto dos bancos destina-se maioritariamente ao financiamento da compra de habitação, representando este cerca de 82% do total do crédito concedido a particulares.

No que concerne às entidades de crédito especializado e de acordo com os dados fornecidos pela Associação de Instituições de Crédito Especializado (adiante designado por ASFAC), o montante de novos créditos ao consumo concedidos pela globalidade das associadas cresceu significativamente em 2014, cerca de 21%

face ao ano anterior, invertendo a tendência de redução dos últimos anos.

Neste contexto, o sector Automóvel, incluindo a atividade Leasing e ALD, apresentou um crescimento de 25%, a atividade da Distribuição verificou um crescimento de 6% e a atividade de Direto assistiu a um aumento de cerca de 32% face a 2013.

Em termos consolidados (Bancos, SFAC's e IFIC's), o mercado do crédito ao consumo decresceu cerca de 5% em 2014, atingindo um valor total estimado de cerca de 14,9 mil milhões de euros. Com base nestes dados, verificou-se que a quota de mercado do Banco BNP Paribas Personal Finance, em 2014, se situou em torno dos 7,0%.

3. Atividade desenvolvida

O Banco BNP Paribas Personal Finance, S.A., opera sob a marca comercial "Cetelem", sendo a sua atividade focada na concessão de crédito especializado, atuando no mercado através

de acordos de parceria com estabelecimentos comerciais e de crédito comercializado diretamente a particulares.

3.1. Crédito Concedido

O volume de novos créditos totalizou, em 2014, cerca de 641 milhões de euros, num total de 312 mil novos contratos, dos quais cerca de 311 milhões de euros são referentes a Crédito Clássico – Equipamento do Lar, Automóvel e Empréstimo Pessoal – e os restantes 330 milhões de euros referentes a cartões de crédito e linhas de crédito.

Cerca de 49% da produção anteriormente referida foi realizada através da rede de parceiros do sector do Lar – lojas de eletrodomésticos e móveis – cerca de 22% foi realizada através da rede de parceiros do sector Automóvel e Moto – marcas, agentes e *stands* multimarca – e os restantes 29% foram concedidos diretamente aos clientes.

Milhares de Euros	Total 2014	Δ 14/13
Lar	310.898	11%
Automóvel	144.029	38%
Empréstimo Pessoal	185.974	42%
Produção Total	640.901	24%
Clássico	310.863	37%
Cartões e Linhas de Crédito	330.037	14%

Tabela 3 – Detalhe por sector da produção anual

Sector do Lar

De acordo com dados relativos a 2014 do "Observador Cetelem", estudo de mercado realizado pelo Banco BNP Paribas Personal Finance, estima-se que o mercado do equipamento do Lar em Volume de Negócios (incluindo vendas a crédito e vendas a pronto pagamento) tenha crescido cerca de 7% face a 2013. De acordo com o mesmo estudo, estima-se que a evolução dos principais subsectores do mercado do Lar em 2014 tenha sido a seguinte:

- Mobiliário: +7%;
- Eletrodomésticos: +7%;

- Eletrónica de consumo: +15%;
- Informática: +3%;
- Bricolagem: +5%

De uma forma geral, todos os mercados cresceram face a 2013, em linha com a recuperação do consumo privado em 2014, depois de um contexto de austeridade que se viveu nos últimos anos. A principal evolução aconteceu no mercado da Eletrónica de Consumo, impulsionado pelas vendas de produtos relacionados com telecomunicações, nomeadamente *smartphones*, estimando-se um crescimento de cerca de 15% face a 2013.

Sector Automóvel

O mercado Automóvel cresceu 36% nas matrículas de veículos ligeiros em 2014, segundo os dados da ACAP. Esta evolução do mercado Automóvel justifica-se com a melhoria das expectativas dos consumidores. A concessão de crédito Automóvel pelo BNPP PF acompanhou a tendência de crescimento do mercado, aumentando cerca de 38%.

No que respeita ao mercado Moto, assistimos igualmente a um aumento de cerca de 4% no total das matrículas face a 2013. De realçar que 82% das matrículas referem-se a motociclos de 125 centímetros cúbicos de cilindrada, em virtude das alterações legais implementadas no final de 2009 e que passam pela alteração das habilitações necessárias para a condução destas motos.

Sector do Crédito Pessoal

A atividade de Crédito Pessoal do Banco registou um aumento de cerca de 42% face ao ano transato. Este desempenho superou o forte

crescimento do mercado (dados ASFAC) que, em 2014, cresceu 32%.

3.2. Carteira de Créditos

A carteira de crédito gerido totalizava no final do ano 1.092 milhões de euros repartidos por cerca de 791 mil contratos.

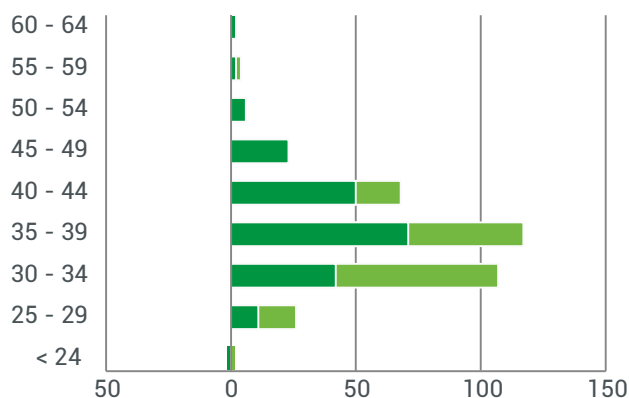
3.3. Recursos e organização

A 31 de dezembro de 2014 o quadro de efetivos do Banco era constituído por 558 colaboradores, sendo a população composta por 63% de mulheres e 37% de homens, com uma idade média de 38 anos.

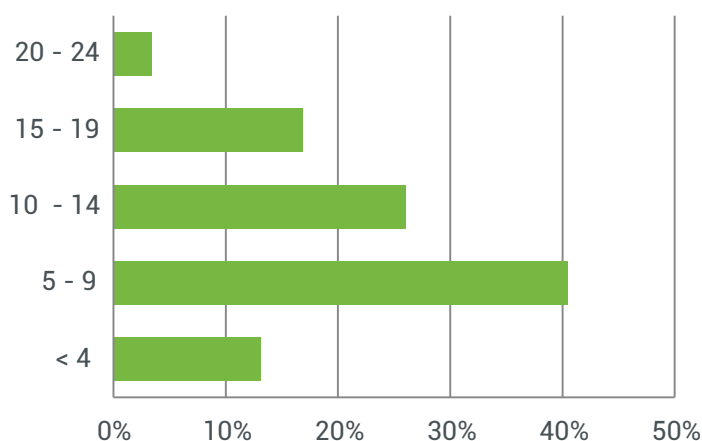
Política de Recrutamento Interno, leva-nos a um índice de *turnover* de 3% e uma antiguidade média na Empresa de 10 anos, sendo que 40% dos colaboradores apresentam uma antiguidade inferior a 10 anos e 20% dos colaboradores uma antiguidade superior a 15 anos.

A Política de Compensações e Benefícios do Banco, bem como o nosso investimento numa

PIRÂMIDE ETÁRIA



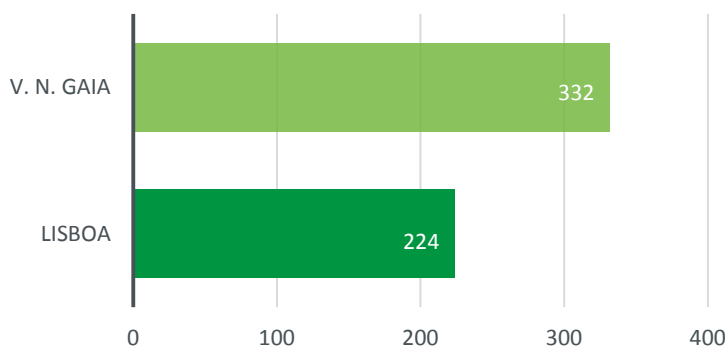
PIRÂMIDE ANTIGUIDADE



No que se refere à distribuição geográfica de colaboradores, o Banco mantém a sua política de concentração de estruturas de suporte em Lisboa

e operacional em Gaia, repartindo-se de acordo com o gráfico que se segue:

REPARTIÇÃO GEOGRÁFICA



Política de Compensações & Benefícios

Sendo a nossa missão o reconhecimento e recompensa do contributo individual de cada colaborador na prossecução dos objetivos estratégicos do Banco e assim, assegurar a competitividade da prática retributiva, de forma a garantir a atração, retenção e motivação dos colaboradores, o Banco mantém o objetivo a que se propôs face aos resultados que têm vindo a ser alcançados no nosso questionário de clima social (*Global People Survey BNP Paribas*) na categoria Remuneração: *Reavaliação dos salários mais baixos tendo em conta o desempenho individual.*

Assim, em 2014 a Política de Compensações e Benefícios do Banco pautou-se novamente pela consolidação e implementação dos princípios subjacentes à mesma, nomeadamente a equidade

salarial, a credibilidade e transparência dos critérios e o seu ajustamento face à realidade do mercado e a recompensa pelo mérito individual.

Desenvolvemos ações de sensibilização ao tema, como as sessões de esclarecimento sobre a Política de C&B do Banco a todos os nossos Managers e a reedição do nosso *Balanço Social Individual* - um documento personalizado destinado aos seus colaboradores que agrupa para cada um deles as informações relativas à sua remuneração e regalias sociais do ano, e que pretende alcançar três objetivos:

- Apresentar de forma simples e pedagógica a remuneração individual assim como todas as regalias sociais associadas;

- Dar sentido à política social e o contributo financeiro da empresa financeiro para a sua realização;

- Favorecer o diálogo entre o colaborador, o seu responsável hierárquico e Direção de Recursos Humanos.

Mobilidades | Recrutamento e Seleção

Em 2014 manteve-se o foco em processos de recrutamento interno (PF e Grupo), o que contribui para a motivação e progressão na carreira dos colaboradores.

Deu-se continuidade aos Comitês de Mobilidade Grupo, com a participação dos Responsáveis pelo Recrutamento e Mobilidade das várias entidades. Foi definida uma política de mobilidade única e processos uniformizados que visam fomentar a mobilidade e as oportunidades de carreira dentro do grupo.

Em 2014 foi lançada uma campanha de mobilidade (*Let's speak mobility*), com diversas iniciativas, das quais se destacam a estruturação de uma página da *Echonet*, a criação de uma campanha de *awareness*, através da afixação de cartazes com exemplos concretos de colaboradores que fizeram mobilidade, a prestação de testemunhos por parte desses colaboradores, divulgados na *Echonet*, e a realização dos *Mobility Days*, com a presença das várias empresas do Grupo, divulgando as suas ofertas.

No âmbito das mobilidades, em 2014 ocorreram 71 mobilidades internas, das quais 3 geográficas e 2 para o Grupo. As mobilidades estiveram relacionadas com processos de recrutamento interno, tendo sido divulgados 25 anúncios. As mobilidades foram realizadas com base nos inputs das entrevistas de carreira e recorrendo a metodologias de avaliação objetivas.

Destes 25 anúncios, 9 correspondem a recrutamentos externos, tendo sido necessário recorrer ao exterior para satisfazer necessidades para as quais a empresa não dispunha de recursos com o perfil ajustado.

Em 2014 concluiu-se o recrutamento de 12 Estagiários, um por cada direção do Banco. Este recrutamento implicou uma forte divulgação do PF em diversos meios de comunicação e levou à captação de cerca de 1200 candidaturas.

Há, ainda, a referir a abertura de 15 processos de recrutamento de colaboradores temporários, para Departamentos Operacionais (10 processos) e de Suporte (5 processos), e de 15 processos para colaboradores em regime de outsourcing.

Avaliação de Desempenho

A avaliação de desempenho é uma pedra basilar na política de RH do Banco, enraizada nos valores do BNP Paribas e que contribui para o alcance das exigências atuais e futuras do negócio, mediante a avaliação do desempenho atual e o desenvolvimento dos recursos.

É uma medida chave da relação entre o Banco e o colaborador, sendo um dos principais objetivos da avaliação de desempenho proporcionar a responsáveis e colaboradores a oportunidade de disporem de um momento de partilha privilegiado e analisarem em profundidade aspetos relevantes

para a função e para o crescimento dos colaboradores.

Durante o ano de 2014, foi lançada a EAE Intermédia. Com o mesmo objetivo de reforçar o acompanhamento dos colaboradores e a sua relação com as chefias, a EAE Intermédia proporciona ao responsável e ao colaborador uma oportunidade de formalizar, em sistema, um momento intermédio da avaliação, para além do momento anual. Este período de avaliação decorreu nos meses de Julho e Agosto.

Programas de Desenvolvimento

Para colaboradores de elevado potencial foram implementados processos de coaching e de mentoring.











Com o coaching pretende-se o desenvolvimento de competências comportamentais e de gestão, das quais podemos destacar a liderança e gestão emocional. Em 2014 foram implementados 17 processos de coaching.

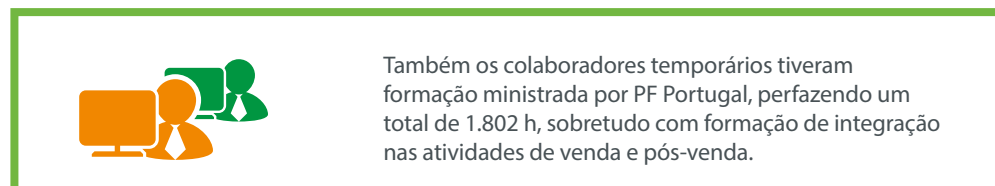
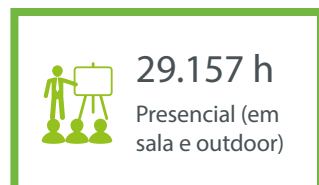
O objetivo do mentoring é promover um maior conhecimento da empresa e apoiar no desenvolvimento de competências comportamentais através da partilha de experiências e vivências com um mentor. Neste programa de desenvolvimento estiveram envolvidos 31 colaboradores e 13 diretores e foram realizadas 6 sessões de trabalho entre cada Mentor e Mentee.

Política Formativa

Apresentam-se de seguida os indicadores relativos à formação.



ÁREA EDUCACIONAL	HORAS
 Ciências Empresariais	12.751
 Ciências Sociais e do Comportamento/Desenvolvimento Pessoal	3.084
 Contabilidade e Fiscalidade	840
 Direito	244
 Enquadramento na Organização/Empresa	4.171
 Finanças, Banca e Seguros/Gestão e Administração	2.373
 Informática	2.963
 Línguas e Literaturas Estrangeiras	3.923
 Marketing e Publicidade	714
 Proteção de Pessoas e Bens / Segurança e Higiene no Trabalho	128



PF Portugal Campus – Management Academy

Paralelamente, durante o Ano de 2014, decorreu o segundo Ano da PF Management Academy, em parceria com a Porto Business School, uma Escola de Negócios da Universidade do Porto, que tem por missão o ensino pós-graduado e a formação avançada em gestão, de carácter executivo.

A PF Management Academy constitui-se como um projeto estratégico da empresa, orientado para a valorização de todos os nossos managers, através do desenvolvimento de competências críticas para o sucesso do seu negócio e das suas pessoas.

Esta academia corporativa tem como objetivo encorajar e estimular nos nossos managers um espírito contínuo de aprendizagem. Para isso, disponibiliza um conjunto de programas e momentos de formação diferenciados que permitem acelerar e potenciar o desenvolvimento das competências de gestão e liderança, procurando identificar necessidades de desenvolvimento específicas de cada um dos três grupos de managers identificados e envolvidos.

3.4. Desenvolvimentos e projetos

O ano de 2014 consagrou-se como o primeiro de um ciclo de desenvolvimento estratégico delineado para o triénio 2014 a 2016, composto por prioridades comerciais e operacionais estratégicas que por sua vez são declinadas em Projetos e estes em diferentes iniciativas.

A implementação do Plano de Desenvolvimento Estratégico assenta em objetivos concretos e mensuráveis que resultam de um trabalho preparatório em que participaram todos os quadros da empresa, tendo sido identificados os seguintes eixos de ação:

- Melhorar os nossos processos de negócio atendendo às inovações tecnológicas e às novas tendências de consumo;
- Oportunidade para evoluir e alargar a gama da oferta comercial, adaptando-a aos novos canais de distribuição, nomeadamente o digital;
- Reforçar a qualidade e a eficácia dos nossos serviços e a performance operacional;
- Antecipar as tendências de comportamento dos consumidores de forma a encontrar uma dinâmica de inovação e desenvolvimento comercial;
- Explorar de forma mais eficiente as potencialidades do digital, através do desenvolvimento de serviços de self-care (IVR, Homebanking e MobileBanking), melhorando também a acessibilidade e usabilidade dos websites e do e-commerce;
- Industrializar os processos de negócio através da utilização de novas tecnologias, nomeadamente no que se refere a *front-ends* para as áreas de negócio Retail e Auto;
- Oportunidade de diversificação das parcerias, tirando partido do *know-how* e da solidez financeira para potenciar o alargamento do campo de ação das nossas parcerias a novos *targets*.

Há a destacar as seguintes concretizações:

Projetos no âmbito do Partner Value (B2B) e Customer Value (B2C):

Aprofundou-se a dinâmica de alargamento de oferta, com o objetivo de expandir a carteira de produtos e serviços à disposição dos Clientes, tendo sido desenvolvidos e implementados diferentes tipologias de produtos complementares (seguros); novas ofertas na área de negócio Auto e também na Aquisição Direta de Clientes; bem como uma nova abordagem à disponibilização

desses novos produtos em canais de distribuição para além dos tradicionais.

Foi dada especial atenção à eficácia das equipas comerciais, tendo sido disponibilizadas novas ferramentas que otimizam a performance das equipas enquanto favorecem a prospeção e a presença no “terreno”.

Projetos no âmbito de Eficácia e Performance Operacional:

Com o objetivo de garantir um nível de produtividade em linha com as melhores práticas do Grupo, manteve-se a atenção particular no que se refere a temáticas de simplificação de processos, com vista à redução de custos e melhoria da eficácia global – sempre numa ótica de procura de

soluções inovadoras e que sustentem a abordagem estratégica ao mercado. Desta forma pretende-se continuar a assegurar a adaptabilidade da empresa aos efeitos do contexto económico e regulamentar particularmente difíceis.

Projetos de âmbito Transformação pelo Digital:

No âmbito desta prioridade foram desenvolvidos projetos com vista a adaptar os processos de gestão, operacionais e de suporte, para apoiar a transformação da organização rumo ao digital. Neste eixo em particular, destacamos:

- a implementação de novas soluções e-Commerce B2B2C
- a revisão e melhoria do formulário de adesões/

subscrições de crédito online

- o desenvolvimento de simuladores para disponibilização em sites externos (parceiros)
- melhorias ao nível do self-care na utilização de serviços em IVR
- o desenvolvimento e implementação de uma nova e inovadora solução de Homebanking

Projetos de carácter regulamentar:

Os projetos de cariz regulamentar e/ou de Compliance com o Grupo ou externa continuaram a exigir um destaque elevado com vista a acompanhar os novos requisitos definidos pelas

entidades de supervisão, nomeadamente no que se refere a temáticas de prevenção e deteção de branqueamento de capitais e financiamento de terrorismo.

3.5. Responsabilidade social e ambiental

No Banco BNP Paribas Personal Finance S.A., a responsabilidade social traduz-se na inclusão voluntária de preocupações com as questões sociais e ambientais nos serviços prestados pelo Banco, procurando sensibilizar colaboradores, clientes, parceiros de negócio, e o público em geral para estas temáticas.

Nesta perspetiva, a política de responsabilidade social do Banco assenta em vários eixos, desde o

cumprimento da legislação aplicável à atividade do banco, garantindo a total transparência da informação prestada aos seus clientes, a aposta na qualidade e certificação do serviço de Provedor do Cliente, promovendo o diálogo constante com o cliente, associações de consumidores e entidades de supervisão. Destaca-se o apoio a iniciativas sociais em domínios como a educação financeira, solidariedade e proteção ambiental.

3.5.1. Educação

No plano da educação, sob a máxima informar e formar, o BNP Paribas Personal Finance S.A. aposta num conjunto de ações com vista a promover o

esclarecimento sobre as temáticas de crédito ao consumo.

3.5.1.1. Programa Nota +

A par da manutenção e atualização do *site* creditoresponsavel.com, o Banco desenvolveu, em 2014, o **Programa Nota +** que visa a realização de sessões de literacia financeira em várias escolas de Norte a Sul do país. Com vista a dotar os jovens alunos de conhecimentos que venham no futuro a ser-lhes úteis enquanto consumidores responsáveis, o Cetelem realizou 40 sessões de informação.

Em 2014, para além do Programa Nota +, foram realizadas algumas sessões dirigidas à população adulta:

- *Workshop* de Gestão de Finanças Pessoais no IKEA (clientes *IKEA Family*);
- Almoços “Responsabilidade Financeira à Mesa” com colaboradores Cetelem.

3.5.1.2. Estudo de Literacia Financeira – 2ª edição

A 15 de março de 2014 foi divulgada a 2ª edição do Estudo de Literacia Financeira, um estudo realizado pelo Cetelem, cujo objetivo é aferir o nível

atual de conhecimento da população portuguesa em termos de educação financeira.

3.5.2. Solidariedade

Na área da solidariedade engloba-se o apoio a associações e projetos de cariz social.

3.5.2.1. Apoio à casa de Acolhimento da Mão Amiga

O Banco apoia desde 2008 a **Casa de Acolhimento Mão Amiga**, um centro de acolhimento de crianças em risco, que visa proporcionar os cuidados básicos e o acompanhamento necessário para potenciar o

desenvolvimento saudável destas crianças. A par de apoio financeiro são promovidas atividades junto das crianças contando com participação voluntária dos colaboradores do banco.

3.5.2.2. Outros apoios

- Presença na Mini Maratona de Lisboa, suportando o Banco a inscrição dos seus colaboradores, cujos fundos reverteram a favor da **ANDAR** (Associação Nacional dos Doentes com Artrite Reumatóide).
- Ações levadas a cabo para apoiar a **Make-a-Wish Portugal**:
 - Jantar *Wish Come True* em que através de uma ação de *Team Building Social*, o Banco conseguiu apoiar não só a *Make-a-Wish* como também a Paróquia de Santa Isabel e 10 famílias carenciadas;
- Campanha de recolha de fundos com a atribuição de donativo para o Programa Embaixadores da **Make-a-Wish**.
- Apoio a projetos no âmbito da política de Mecenato do BNP Paribas Portugal, tais como organização dos jogos da Primavera da **Elo Social**, participação em Clínicas de Ténis da **Academia dos Champs** e a realização da 2ª edição do Mercado de Natal que visou apoiar estas duas instituições através da angariação de fundos com os produtos vendidos;
- Patrocínio no âmbito do projeto do grupo BNP Paribas, Mão², programa que visa encorajar as iniciativas de interesse geral levadas a cabo por associações nas quais os colaboradores do grupo do BNP Paribas Portugal estão envolvidos a título voluntário.



3.5.3. Ambiente

As ações desenvolvidas neste âmbito visam a proteção do meio ambiente e a promoção de uma melhor gestão de recursos naturais.

Existe uma forte preocupação com a consciencialização, nomeadamente dos colaboradores, para estas questões. Práticas como a reciclagem de materiais ou alerta para consumo imprescindível de energia e água são já comuns.

No entanto, em 2014, foi desencadeada a ação "**Mês do Ambiente**" que visou relembrar a todos os colaboradores as boas práticas relacionadas com:

- Saúde, bem-estar e ambiente;
- Energia;
- Deslocações;
- Papel;
- Detritos.

No âmbito das ações ambientais do grupo BNP Paribas Portugal, incentivamos os colaboradores a participarem na ação "**Limpeza de Praia**".

Para além destas ações junto dos colaboradores, o banco promove também a redução de consumo

de papel junto dos seus clientes e colaboradores, colocando à sua disposição meios digitais, que permitem a consulta *online* do seu extrato e saldo de conta, sem necessidade de impressão e expedição do mesmo por parte do banco.

3.6. Qualidade

A Qualidade tem como Missão propor e implementar uma estratégia de Qualidade incluída e aprovada no Plano Anual de Atividades das Operações (PAO), em linha com a Política do Grupo BNP Paribas. Essa estratégia deverá contribuir para a otimização da rentabilidade pelo incremento da satisfação dos nossos clientes, alicerçada numa oferta competitiva, em processos simples e numa relação mais personalizada e de maior confiança. Este objetivo implica ouvir os colaboradores no sentido de confirmar a existência das condições, das competências e da motivação necessárias para assegurar a sua satisfação como meio indispensável para responder eficazmente às necessidades dos nossos clientes e parceiros.

O Dispositivo de Qualidade assenta em quatro pilares estratégicos de qualidade, o Focus no Cliente, a Transversalidade, a Independência e a Análise e a Medição.

Com a ambição de reforçar a posição do Banco como parceiro de confiança dos seus clientes, foram realizados Barómetros de Satisfação aos nossos clientes e aos nossos parceiros, foi igualmente, implementado um barómetro de satisfação específico para os clientes em Recuperação de Crédito. Estes Barómetros de satisfação possibilitaram a medição do nível de serviço prestado e conhecer a opinião e as expectativas dos nossos clientes e parceiros, permitiram, ainda a identificação, a análise e a definição de Oportunidades de Melhoria.

A Qualidade deve impactar toda a organização do Banco, e a Excelência de serviço e a Satisfação Cliente uma realidade de cada colaborador. Foram concretizadas Visitas de Qualidade a várias áreas do Banco, funcionais e de suporte, quisemos com esta iniciativa manter o Comité Executivo informado, de uma forma isenta, sobre o quotidiano das áreas visitadas e das necessidades e expectativas dos clientes e colaboradores.

A partilha, entre os colaboradores e o topo, das expectativas dos clientes e da perceção da sua relação com o Banco foi uma realidade permanente através do programa "Escutas Cliente" – uma aposta na proximidade.

Ao longo de 2014 esteve sempre presente uma visão de melhoria contínua do serviço prestado aos clientes do Banco, com a pretensão de um bom nível de serviço (concessão, pós venda e recuperação), do um bom acompanhamento dos parceiros e de uma oferta e de uma comunicação ajustada às necessidades dos nossos clientes.

A análise da causa raiz das anomalias identificadas foi, igualmente, uma iniciativa presente durante todo o ano de 2014 a qual se traduziu numa diminuição do número de reclamações do cliente recebidas pelo Provedor do Cliente. O Provedor do Cliente é um serviço cujo Sistema de Gestão de Qualidade cumpre com os requisitos da norma ISO 9001:2008, sendo o garante do elevado padrão de qualidade e eficiência nos seus processos e metodologias.

3.7. Risco

No final de 2014 o Crédito em Risco representava 12,3% do Crédito a Clientes Total, que compara com um valor de 19,0% em Dezembro de 2013. No que respeita ao rácio de Crédito com Incumprimento sobre o Crédito Total, apurou-se um valor de 10,6% contra 15,4% em Dezembro de 2013.

O rácio de Crédito a Clientes em Risco (líquido) face ao Crédito Total (líquido) ascendeu a 2% (contra 5% em 2013). O Crédito com Incumprimento (líquido) face ao Crédito Total (líquido) representava cerca

de 0,4% em Dezembro de 2014, contra 0,3% no final de 2013.

Adicionalmente, o nível de cobertura do crédito vencido por provisões específicas para crédito vencido ascendeu a 97% (contra 98% em 2013)

Apresentamos de seguida os Rácios sobre Crédito Reestruturado definidos na Instrução 32/2013 emitida pelo Banco de Portugal.

Euros	2014	2013
CRÉDITO REESTRUTURADO		
(C1) Crédito a clientes (bruto)	1.091.714.462	1.133.614.373
(C2) Crédito a clientes Reestruturado	26.043.647	28.753.555
(C3) Crédito a clientes em Risco Reestruturado	26.043.647	27.948.396

%	2014	2013
Rácios Prudenciais		
Rácio Crédito Clientes Reestruturado / Crédito a Clientes (C2/C1)	2.39%	2.54%
Rácio Crédito Clientes em Risco Reestruturado / Crédito a Clientes (C3/C1)	2.39%	2.47%

3.8. Balanço e conta de exploração

Em 2014 os resultados líquidos gerados totalizaram 41,95 milhões euros, representando um acréscimo

de 30% face ao ano anterior, tal como apresentado na tabela 6.

Principais indicadores económico-financeiros

Milhares de Euros	2014	2013	Δ 14/13
Resultados Líquidos	41.951	32.193	30%
Activo Líquido	1.016.014	993.677	2%
ROA (%)	4.13%	3.24%	0,89 p.p.
Capitais Próprios	140.607	127.422	10%
ROE (%)	29.84%	25.27%	4,57 p.p.
Produto Bancário	124.181	121.939	1.84%
Resultado Antes Imposto / Activo Líquido Médio (%)	6.50%	4.76%	1,74 p.p.
Produto Bancário/ Activo Líquido Médio (%)	12.55%	11.99%	0,56 p.p.
Resultado Antes Imposto / Capitais Próprios Médios (%)	49.94%	37.97%	11,97 p.p.

Tabela 6 – Detalhe dos principais indicadores económico-financeiros

O Activo Líquido a 31 de Dezembro de 2014 totalizava 1.016 Milhões de euros, o que representa um acréscimo de 2% face a 2013.

A evolução dos Capitais Próprios do Banco acompanha a evolução do Ativo do Banco, sempre no estrito cumprimento dos rácios de solvabilidade.

Evolução do Produto Bancário líquido da anulação de proveito

Milhares de Euros	2014	2013	Δ 14/13
(+) Juros e rendimentos similares	103.862	116.676	-11%
(-) Juros e encargos similares	33.725	37.313	-10%
(=) Margem Financeira Bruta	70.137	79.362	-12%
(+) Comissões e Out. Res. Exploração	55.045	44.194	25%
(-) Encargos c/ Comissões	1.001	1.616	-38%
(=) Produto Bancário	124.181	121.939	2%

Tabela 7 – Detalhe da evolução do produto bancário

Em 2014 a Margem Financeira Bruta decresceu 12%. Esta situação decorre essencialmente da quebra da carteira de crédito do Banco, bem como do impacto das taxas de usura nos Juros e Rendimentos Similares. Por sua vez, o Produto Bancário registou um acréscimo de 2% face a

2013, devido ao contributo positivo da rubrica "Comissões e Outros Resultados de Exploração", onde se verifica um aumento de 25% face ao ano transato, decorrente da venda de carteira contencioso efetuada em Junho.

Custos de Exploração

Os Gastos Administrativos e Custos com Pessoal totalizaram cerca de 45 milhões de euros face a 2014, representando um decréscimo de 4% face a

2013 e que resultam dos esforços sobre a eficiência operacional e controlo dos custos.

	2014	2013
Custos Funcionamento / Activo Líquido (%)	4.44%	4.74%
Custos Pessoal / Custos Funcionamento (%)	40%	38%
Custos de Funcionamento + Amortizações / Produto Bancário (%)	38%	41%
Custos Pessoal / Produto Bancário (%)	14%	15%

Tabela 8 – Detalhe da evolução dos Custos de exploração

3.9. Gestão dos riscos financeiros

O Banco centra a sua atividade na concessão de crédito ao consumo, pelo que os principais riscos a que está sujeito são os seguintes:

- Risco de Crédito;
- Risco Operacional (incluindo Risco de Sistemas de Informação, Risco Legal e de Recursos Humanos);
- Risco de Taxa de Juro
- Risco de Liquidez;
- Risco de Estratégia;
- Risco de Compliance;
- Risco de Reputação e Imagem.

Encontrando-se o Banco sujeito às políticas e metodologias de análise, cálculo e valoração de riscos definidas pelo Grupo BNP Paribas, importa destacar a relevância atribuída ao Risco de Crédito e ao Risco Operacional, riscos materialmente relevantes, para os quais o Banco aplica os seguintes métodos para o cálculo dos requisitos de fundos próprios:

- STANDARD para o Risco de Crédito e de Contraparte;
- AMA para o Risco Operacional, desde 1 de janeiro 2008.

No que concerne aos Testes de Esforço, definidos na Instrução 4/2011 do BdP, o Banco realiza periodicamente análises de sensibilidade, análises de cenário e *reverse stress tests*, com vista ao estudo do impacto de evoluções adversas nas principais variáveis do negócio, nomeadamente no risco de crédito. Os resultados destas análises são também reportados no âmbito da elaboração anual do Processo de Auto-Avaliação da Adequação do Capital regulamentar (ICAAP-Instrução 15/2007 do BdP).

Risco de Crédito

O risco de crédito é o risco de incorrer numa perda económica nos empréstimos ou títulos de crédito, ocorrida ou potencial por responsabilidades assumidas, resultante da alteração da qualidade do crédito dos devedores do Banco, que pode

eventualmente tornar-se default. A probabilidade de default e a recuperação prevista dos empréstimos ou títulos de crédito no evento de default são componentes chave para a avaliação da qualidade do crédito.

Risco Operacional

O risco operacional é o risco de ocorrência de uma perda económica resultante de uma inadequação ou falha nos processos internos, ou resultante de eventos externos, sejam eles atos deliberados, acidentais ou naturais. A gestão do risco operacional é efetuada através de uma análise de causa – evento – efeito.

Os processos internos podem envolver situações incluindo recursos humanos e/ou sistemas. Os eventos externos incluem (mas não limitados) cheias, incêndios, terremotos e ataques terroristas. As ocorrências verificadas no risco de crédito ou de mercado como o “default” ou uma alteração de valor que afeta o risco de crédito ou de mercado não são tratadas no âmbito do risco operacional.

O risco operacional engloba riscos de recursos humanos, riscos legais, riscos fiscais, riscos de sistemas de informação, riscos de não conformidade, riscos ligados aos processos operacionais, à informação financeira publicada. O perímetro dos riscos envolvendo o risco operacional é tão vasto que faz com que a sua gestão assente em equipas especializadas com competências

importantes e específicas para a avaliação e mitigação desses riscos. E isto verifica-se, em particular em áreas como o Jurídico, Fiscalidade, Sistemas de Informação, Segurança, Finanças e também Compliance.

De acordo com a regulamentação o risco de não conformidade é o risco de ocorrência de sanções legais, administrativas ou disciplinares, juntamente com as perdas financeiras potencialmente significativas que uma instituição pode sofrer em resultado do não cumprimento de todas as leis, regulamentos, códigos de conduta e padrões de boas práticas aplicáveis às atividades bancárias e financeiras (incluindo instruções emitidas por um corpo executivo, particularmente na aplicação de diretivas emitidas por uma entidade de supervisão). Por definição, este risco é uma subcategoria do risco operacional. No entanto, o risco de compliance é tratado separadamente pelo Banco, tendo em conta que certas implicações do risco de compliance envolvem mais do que meras perdas financeiras, podendo mesmo danificar a reputação da instituição.

A gestão do Risco Operacional do Banco é assegurada pelo departamento de Gestão de Riscos e a gestão do Risco de Compliance do Banco é assegurada pelo Departamento de Compliance.

Estando englobado no perímetro do Grupo BNP Paribas, o Banco aplica o Método Avançado ('AMA') para a determinação dos montantes de requisitos de fundos próprios para cobertura dos riscos operacionais desde 1 de janeiro de 2008.

O cálculo de capital baseia-se em dados locais referentes aos incidentes operacionais históricos e incidentes operacionais potenciais valorizados de acordo com a referida metodologia, e na aplicação de modelos estatísticos que conjugam as diversas componentes de cálculo, sendo o mesmo afetado a cada país em função do Produto Bancário Líquido.

A partir da organização por processos de negócio e de suporte, são analisadas e quantificadas todas as "falhas" ocorridas e reportadas relativas a essas áreas, aferindo-se sobre os eventos, causas, consequências, efeitos (impactos financeiros), e levando, com conhecimento da Administração e do Comité de Direção, a implementação de ações e medidas corretivas para as principais falhas.

Os principais impactos verificados são inseridos e reportados ao Grupo BNP Paribas, o qual analisa e controla regularmente a base de cada filial.

Toda a quantificação e análise dos incidentes históricos e potenciais são efetuadas tendo em conta os 7 eventos de risco operacional definidos pelo Grupo BNP Paribas:

- Fraude Externa;
- Fraude Interna;
- Práticas em matéria de emprego e segurança no local de trabalho;
- Clientes, produtos e práticas comerciais;
- Danos ocasionados a ativos físicos;

- Perturbação das atividades comerciais e falhas do sistema;

- Execução, entrega e gestão de processos.

A metodologia para a hierarquização dos eventos de risco assenta nas seguintes etapas: Descrição da disfunção; Causa; Frequência (nº de vezes que ocorre o evento); Consequência (risco potencial); Impacto (severidade); Nível de risco (cruzamento da frequência com a severidade).

A gestão dos riscos operacionais é também assegurada numa ótica de 'Governance', através da realização regular de comités específicos sobre a matéria, com a participação do Comité Executivo, assim como o reporte semanal das principais "falhas" ou "deficiências" detectadas, e respetivos planos de ação com vista a melhorar os processos, mitigar os riscos e minimizar os impactos financeiros.

Os principais incidentes ocorridos analisados e quantificados são também reportados diretamente ao Grupo BNP Paribas.

Toda a recolha de dados históricos e prospetivos, assim como a sua análise e quantificação são inseridas numa ferramenta do Grupo BNP Paribas (FORECAST), permitindo assim ao Grupo uma revisão frequente e detalhada dos dados e assegurar a sua qualidade e exaustividade. Existe também uma base local com todo o histórico dos incidentes ocorridos e respetiva análise, com um acompanhamento regular até à correção e conclusão da deficiência, que é alvo de reporte regular ao Comité de Direção do Banco.

Os controlos são frequentemente avaliados, a partir de uma grelha. Para cada incidente ocorrido ou potencial é efetuado um levantamento dos controlos existentes e, é avaliada a eficácia dos mesmos, numa perspetiva de mitigação dos riscos. O levantamento dos controlos existentes é, por sua vez, cruzado com informações recolhidas pelo Departamento de Compliance.

Risco de Taxa de Juro

Este risco é materializado como sendo a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital devido a movimentos adversos nas taxas de juro de elementos da carteira bancária, por via de desfasamentos de maturidades ou de prazos de refixação das taxas de juro, da ausência de correlação perfeita entre as taxas recebidas e pagas nos diferentes instrumentos, ou da existência de opções embutidas em instrumentos financeiros do balanço ou elementos extra patrimoniais.

O Banco BNP Paribas Personal Finance, S.A. concede créditos maioritariamente a taxa fixa, sendo a sua atividade de concessão de crédito a taxa variável inferior a 7% do total créditos concedidos durante o ano e obtém o financiamento integralmente junto do Grupo em França (BNP Paribas Paris).

A carteira de crédito concedido a taxa variável indexada à Euribor a 3 meses é financiada através do recurso a empréstimos a taxa indexada à Euribor a 3 meses mas com uma liquidez até à maturidade do ativo subjacente, eliminando-se qualquer impacto decorrente de uma variação da taxa de juro.

No que respeita às operações realizadas a taxa fixa, o risco de taxa de juro máximo em que possamos incorrer será o resultante de eventuais diferenças de sobreposição entre a curva de amortização das necessidades de financiamento e a curva de amortização dos recursos, compostos por empréstimos a taxa fixa.

Destes factos resulta que não se verificam impactos significativos por variações da taxa de juro, justificando-se como tal que o nível de risco seja classificado de Reduzido.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez e de refinanciamento é o risco de o Banco ser incapaz de cumprir requisitos de liquidez ou de garantia, atuais ou futuros, previstos ou imprevistos, sem afetar as transações de rotina ou a sua posição financeira. Este risco pode surgir em resultado de uma total ou parcial falta de liquidez em certos ativos ou o desaparecimento de certas fontes de financiamento. Pode estar relacionado com o próprio Banco (risco de reputação) ou com fatores externos (crise em certos mercados).

O risco de liquidez e refinanciamento é gerido através de uma política global de liquidez, aprovada pela Gestão Executiva do Grupo BNP Paribas. Esta política é baseada em princípios de gestão desenhados para serem aplicados tanto em condições normais como em situações de crises de liquidez. A posição de liquidez do Banco é avaliada com base em padrões internos, pontos de alerta e rácios regulamentares.

O risco de liquidez e refinanciamento é gerido ao nível do Grupo BNP Paribas.

Risco de Estratégia

O Banco acompanha e monitoriza o risco de estratégia através de análises permanentes, em linha com as diretivas e práticas do Grupo BNP Paribas, dos impactos e resultados da adoção de estratégias, da implementação de decisões ou capacidade de resposta a novas estratégias,

novos produtos, organizações ou atividades, considerando o respetivo peso no negócio.

Sob coordenação e aprovação do Conselho de Administração, a estratégia do Banco é aplicada através da Direção Geral e do Comité de Direção.

Risco de Compliance

Este risco é definido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes de violações ou não conformidade relativamente a leis, regulamentos, determinações específicas, contratos, regras de conduta e de relacionamento com clientes, práticas instituídas ou princípios éticos, que se materializem em sanções de carácter legal, na limitação das oportunidades de negócio, na redução do potencial de expansão ou na impossibilidade de exigir o cumprimento de obrigações contratuais.

Por definição, o risco de compliance é uma subcategoria do risco operacional. No entanto, algumas consequências de falhas ao nível da conformidade podem ter impactos além de uma perda financeira, podendo por em causa a reputação do Banco. O Banco implementou uma organização específica e processos para gerir o risco de compliance.

Considerando a conjuntura atual e a relevância atribuída ao risco de compliance pelas diretivas do Grupo BNP Paribas, o Banco acompanha o nível de risco de Compliance, analisando e controlando permanentemente o risco de incumprimento ou violação das obrigações legais e regulamentares, disposições contratuais, regras de conduta e de deontologia no relacionamento com clientes e entidades externas, e na prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento do

Terrorismo e da fraude interna.

A avaliação e o seguimento do nível de risco são geridos a partir dos controlos da atividade de concessão de crédito, qualidade do serviço pós-venda, qualidade das parcerias comerciais, cumprimento das regras legais e regulamentares ao nível contratual, novos produtos, organizações e atividades, de prestações de serviço externas, bem como ao nível da publicidade e obrigações de reporte de informações a entidades reguladoras e outras entidades externas.

Existindo uma cultura intrínseca de controlo interno no seio do Banco, o acompanhamento e o envolvimento da gestão de topo de acordo com o Modelo de Governance definido são um ponto forte da organização, existindo um conhecimento permanente e tempestivo de todas as vertentes de Compliance, riscos associados, controlos e trabalhos desenvolvidos, deficiências identificadas medidas corretivas e estado de concretização das mesmas.

O acompanhamento e o conhecimento dos riscos incorridos pelo Banco ao nível de Compliance são assim totalmente assegurados, quer por via das reuniões regulares de reporte, quer por via do envio dos relatórios de controlo permanente, quer ainda por via de vários Comitês de Governance.

Risco de Reputação e Imagem

O risco de reputação é o risco de danificar a confiança depositada numa instituição pelos seus clientes, contrapartes, fornecedores, colaboradores, acionistas, reguladores e qualquer outra parte interessada (stakeholder) cuja confiança seja condição essencial para que a instituição prossiga as suas operações do dia-a-dia.

O risco de reputação é essencialmente dependente de todos os outros riscos suportados pelo Banco e, excetuando rumores de mercado que levem a

uma alteração na cotação das ações (este risco é incorrido diretamente pelos acionistas e não pode ser protegido pelo capital social do Banco), os seus impactos são incluídos em perdas estimadas incorridas para outras categorias de risco.

O Grupo BNP Paribas considera este risco não mensurável, sendo ele controlado e seguido através de procedimentos elaborados pelo Banco (que definem regras e circuitos a respeitar) e controlos.

3.10. Gestão do capital e rácio de solvabilidade

A gestão de capital do Banco encontra-se a cargo da Direcção Financeira e tem como objectivos:

- Garantir o capital suficiente para permitir o crescimento sustentado da atividade;
- Assegurar o cumprimento dos requisitos mínimos de capital definidos pelo Banco de Portugal;
- Assegurar o cumprimento das normas do Grupo BNP Paribas em termos de gestão de capital.

Em termos prudenciais, o Banco está sujeito à supervisão do Banco de Portugal que estabelece as regras que sobre esta matéria devem ser cumpridas pelas instituições sob a sua supervisão. Estas regras determinam um rácio mínimo de fundos próprios totais em relação aos requisitos exigidos pelos compromissos e riscos assumidos, que as instituições deverão cumprir. O quadro que se segue apresenta um resumo das componentes dos fundos próprios.

Euros	2014	2013
FUNDOS PRÓPRIOS		
Capital Realizado	45.661.800	45.661.800
Prémios de Emissão	11.237.516	11.237.516
Reservas Legais e Resultados Transitados	41.756.131	38.329.582
Imobilizações incorpóreas / Ativos intangíveis	-3.232.482	-1.932.104
(A1) Fundos Próprios de Base excluindo ações preferenciais (Core Tier I)	95.422.965	93.296.794
(A2) Fundos Próprios de Base (Tier I)	95.422.965	93.296.794
Fundos Próprios Complementares (Tier II)	-	-
(A3) Fundos Próprios Elegíveis Totais	95.422.965	93.296.794
REQUISITOS DE FUNDOS PRÓPRIOS		
Calculado de acordo com o Aviso 5/07 (Risco de crédito)	61.285.610	60.232.681
Calculado de acordo com o Aviso 9/07 (Risco operacional)	6.719.000	6.476.000
(B) Requisitos de Fundos Próprios Totais	68.004.610	66.708.681

%	2014	2013
Rácios Prudenciais – Instrução 23 / 2012		
Rácio de Adequação de Fundos Próprios (A3/B*12,5)	11,23%	11,19%
Rácio de Adequação de Fundos Próprios de Base (A2/B*12,5)	11,23%	11,19%
Rácio Core Tier I (A1/B*12,5)	11,23%	11,19%

Tabela 9 – Detalhe da evolução das componentes dos fundos próprios e do rácio de solvabilidade

Os Rácios de Solvabilidade, de Qualidade de Crédito, de Rendibilidade e de Eficiência apresentados neste documento estão conforme a Instrução 23/2012 emitida pelo Banco de Portugal.

Ainda em relação à Instrução 23/2012 não são publicados os rácios de Transformação apresentados na referida instrução, uma vez que a política comercial do Banco não contempla a

captura de Depósitos de Clientes.

Em Julho de 2014, a *European Banking Authority*, com o objetivo de harmonizar e garantir a comparabilidade da informação no contexto europeu, definiu novos reportes contabilísticos e prudenciais. De acordo com esta legislação foram definidos novos rácios que apresentamos de seguida com referência a Dezembro de 2014.

%	2014	2013
Rácios Prudenciais (COREP)		
CET1 Capital Ratio (Phasing – in)	11,34%	-
T1 Capital Ratio	11,34%	-
Total Capital Ratio	12,47%	-

4. Perspectivas futuras

Em 2015 a economia Portuguesa deverá consolidar a trajetória de crescimento económico iniciada em 2014. Em particular, o consumo privado deverá beneficiar de um contexto macro económico mais favorável, de uma taxa de desemprego em redução, ainda que acima do nível natural, e de índices de confiança dos consumidores a melhorarem.

No mercado automóvel, responsável por 60% do crédito concedido em 2014 pelas entidades associadas da ASFAC, as perspetivas são igualmente positivas, esperando o setor um aumento de cerca de 10% no número de vendas. Refira-se que esta recuperação esperada e já verificada em 2014, deixa o n.º de vendas de carros novos ainda consideravelmente aquém da média registada na primeira década dos anos 2000.

Este contexto deverá permitir a manutenção da tendência de aumento dos volumes de concessão de crédito. Esta perspetiva deverá ser sustentada pelo lado da oferta, onde os bancos de retalho deverão aumentar os níveis de proatividade na concessão de todo o tipo de crédito.

Alguns focos de risco pairam contudo sobre a economia portuguesa. A situação ainda frágil no que respeita ao peso da dívida pública, poderá vir a gerar receios nos mercados de capitais. Adicionalmente, 2015 será ano de eleições legislativas com o potencial de instabilidade que estes momentos podem representar.

Dado este contexto, o Banco BNP Paribas Personal Finance definiu como eixos prioritários da sua estratégia os seguintes:

- O desenvolvimento da sua atividade comercial, acompanhando a esperada evolução positiva do consumo, em conjunto com os seus parceiros de negócio, reforçados em 2014 pelo acordo com os CTT.
- A correta gestão das margens num contexto de competitividade das suas ofertas
- Reforçar a sua política de crédito responsável e sustentável e contribuir para a melhoria da imagem do crédito ao consumo junto da opinião pública.

5. Proposta de aplicação de resultados

Tendo em conta os bons resultados do exercício aqui apresentado e à solvabilidade confortável da Sociedade, o Conselho de Administração, nos termos da sua competência estatutária e da legislação aplicável propõe que o montante do resultado líquido do exercício de 2014, de 41.951.416,49 euros, acrescido dos resultados transitados no valor de 6.079.053,16 euros, o que perfaz o total de 48.030.469,65 euros, tenha a

seguinte aplicação:

- para Reserva Legal (10% do resultado líquido): 4.195.141,65 euros;
- para distribuição de dividendos: 43.835.328,00 euros, correspondentes a 4,80€ (quatro euros e oitenta cêntimos) por ação.

6. Notas Finais

Terminado que foi mais um ano de atividade, vem o Conselho de Administração do Banco expressar os seus agradecimentos:

- Aos colaboradores em Portugal pela dedicação e empenho demonstrados no desempenho das suas funções;
- À estrutura central situada em França e aos colegas de outras filiais pelo apoio e colaboração recebidos;

- Ao Conselho Fiscal e aos Auditores, pelo interesse e disponibilidade demonstrados;
- Às autoridades financeiras e de tutela por toda a colaboração prestada ao longo do exercício.

Uma palavra ainda de agradecimento aos nossos Clientes e Parceiros pela preferência com que nos distinguiram, ajudando-nos a construir e reforçar o Banco BNP Paribas Personal Finance em Portugal.

Lisboa, 04 de Março de 2015

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Jean-Marie Bellafiore,
PRESIDENTE

Marie-Hélène Moreau Nollet,
VICE-PRESIDENTE

Alain Van Groenendal,
VOGAL

Jean Marc Pasquet,
VOGAL

Serge Le Bolès,
vogal

Susana Isabel Ribeiro da Silva Godinho
Albuquerque Ferreira,
vogal

Thierry Alain Pierre Laborde,
vogal

7. Bibliografia

- World Economic Outlook de Outubro 2014 – Fundo Monetário Internacional
- European Economic Forecast Autumn 2014 – Comissão Europeia;
- Boletim Económico Outubro 2014 – Banco de Portugal;
- Boletim Económico Janeiro 2015 – Banco de Portugal;
- Dados de Crédito ao Consumo ASFAC – Associação de Instituições de Crédito Especializado;
- Boletim Estatístico Mensal – Banco de Portugal;
- Eurostat
- Dados relativos à venda de viaturas ACAP – Associação Automóvel de Portugal.



2. Demonstrações Financeiras



Banco BNPP Personal FinanceDemonstração do rendimento integral referente aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013
(Expressas em euros)

		Notas / Quadros anexos	Ano	Ano anterior
79+80+8120	Juros e rendimentos similares	18	103 862 077	116 675 517
66+67+6820	Juros e encargos similares	19	(33 724 952)	(37 313 450)
	MARGEM FINANCEIRA		70 137 125	79 362 067
82	Rendimentos de instrumentos de capital			
81-8120	Rendimentos de serviços e comissões	20	22 818 288	21 379 629
68-6820	Encargos com serviços e comissões	21	(1 001 488)	(1 616 440)
-692-693-695(1)-696(1)-698-69900- 69910+832+833+835(1)+836(1)+838+ 83900+83910	Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados (líquido)	22		
-694+834	Resultados de activos financeiros disponíveis para venda (líquido)	23		574 950
-690+830	Resultados de reavaliação cambial (líquido)	24	(93)	(488)
-691-697-699(1)-725(1)-726(1)+ 831+837+839(1)+843(1)+844(1)	Resultados de alienação de outros activos	25	23 629 666	1 705 939
-695(1)-696(1)-69901-69911-75-720- 721-722-723-725(1)-726(1)-728+ 835(1)+836(1)+83901+83911+840+ 843(1)+844(1)+848	Outros resultados de exploração	26	8 597 426	20 533 771
	PRODUTO BANCÁRIO		124 180 924	121 939 428
70	Custos com o pessoal	27	(18 001 191)	(17 933 509)
71	Gastos gerais administrativos	28	(27 107 015)	(29 185 734)
77	Depreciações e amortizações	10	(2 662 638)	(3 444 042)
781+783+784+785+786+788-881-883- 884-885-886-888	Provisões líquidas de reposições e anulações	8	(1 436 859)	1 264 996
78000+78001+78010+78011+7820+7821+ 7822-88000-88001-88010-88011-8820- 8821-8822	Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	8	(11 217 196)	(23 130 663)
760+7620+7618+76211+76221+7623+ 7624+7625+7630+7641+765+766+ 78002(1)+78012(1)+7823+7828(1)-870- 8720-8718-87211-87221-8723-8724- 8726-8730-8741-875-876-88002(1)- 88012(1)-8823-8828(1)	Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações			
768+769(1)+78002(1)+78012(1)+7828(1)- 877-878-88002(1)-88012(1)-8828(1)	Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	8	577 567	(1 061 166)
	RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		64 333 592	48 449 310
65	Impostos			
74+86	Correntes	11	(23 480 622)	(16 138 387)
	Diferidos	12	1 098 446	(117 441)
	RESULTADO APÓS IMPOSTOS		41 951 416	32 193 482
72600+7280+8480+84400	Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas			
	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		41 951 416	32 193 482
	Outro rendimento integral do Exercício			
	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		41 951 416	32 193 482

Banco BNP Paribas Personal Finance, SA

Demonstração dos Fluxos de Caixa dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

	31/12/2014	31/12/2013
Fluxos de caixa das actividades operacionais		
Juros e rendimentos recebidos	119 124 930	119 206 688
Juros e gastos pagos	(17 810 631)	(21 753 297)
Serviços e comissões recebidas	24 961 822	29 309 345
Serviços e comissões pagas	(16 935 388)	(12 697 766)
Recuperações de crédito e juros previamente abatidos	3 585 590	2 314 453
Pagamentos a empregados e fornecedores	(23 437 925)	(41 868 616)
	89 488 399	74 510 807
Varição nos Activos Operacionais:		
Aplicações em instituições de crédito	2 000 000	(2 000 000)
Crédito a clientes	(57 914 729)	48 491 948
Derivados activos de negociação	-	-
Derivados activos de cobertura	-	-
Activos não correntes detidos para venda	(272 665)	(410 006)
Outros activos operacionais	28 682 268	1 229 440
Varição nos Passivos Operacionais:		
Recursos de instituições de crédito	(4 764 197)	(96 913 085)
Recursos de Clientes e Empréstimos	147 140	(425 520)
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-
Passivos financeiros associados a activos financeiros transferidos	-	-
Derivados passivos de negociação	-	-
Derivados passivos de cobertura	-	(64 828)
Outros Passivos operacionais	(2 086 902)	23 196 493
	(34 209 086)	(26 895 558)
Impostos sobre Lucros Pagos	(18 454 445)	(15 080 099)
	36 824 868	32 535 150
Fluxos de caixa das actividades de investimento		
Aquisições de Investimentos em Filiais e Associadas	-	-
Dividendos recebidos e outros proveitos	-	-
Compra de activos financeiros disponiveis para venda	-	-
Venda de activos financeiros disponiveis para venda	-	679 950
Aquisições de activos intangiveis e outros activos tangiveis	(3 062 329)	(1 224 552)
Alienações de activos intangiveis e outros activos tangiveis	3 025	1 419
	(3 059 304)	(543 183)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Emissão de Passivos Subordinados	-	-
Amortização de dívida titulada	-	-
Juros de dívida titulada	-	-
Aumento de Capital	-	-
Distribuição de dividendos	(28 766 934)	(32 876 496)
	(28 766 934)	(32 876 496)
Fluxos de caixa líquidos de actividades de financiamento		
Efeitos da alteração da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes	-	(652)
	4 998 630	(885 181)
Varição líquida em caixa e seus equivalentes		
Caixa e seus Equivalentes no Início do Período	1 571 396	2 456 577
Caixa e seus equivalentes no Fim do Período	6 570 026	1 571 396
	4 998 630	(885 181)

O Responsável pela Contabilidade

A Administração



3. Notas às Demonstrações Financeiras



NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de Dezembro de 2014 e de 2013

Aspetos gerais

O Banco BNP Paribas Personal Finance, S.A., (Banco), é uma Instituição Financeira cuja atividade está agora regulada pelo Decreto – Lei n.º 298/92 de 31 de Dezembro, com as devidas alterações aportadas pelos Decretos – Lei 246/95 e 232/96, tendo sido criada em 30 de Maio de 2003 por transformação da sociedade Cetelem SFAC, S.A. e incorporação da totalidade dos ativos, passivos e relações contratuais que constituíam o Banco Cetelem – Sucursal, S.A., estabelecimento em Portugal da Cetelem, S.A. (instituição de crédito de direito francês).

A Instituição tem a sua sede social no Centro Empresarial das Torres de Lisboa, Rua Tomás da Fonseca, Torre G, 15º, em Lisboa e opera atualmente com duas delegações – Lisboa (Sede) e Gaia.

O Banco BNP Paribas Personal Finance, S.A. é especializado na concessão de crédito ao consumo, apesar dos seus estatutos lhe permitirem a realização de todas as atividades geralmente permitidas aos bancos. O seu capital social, de 45.661.800 euros, encontra-se totalmente subscrito e realizado e é representado por 9.132.360 ações ao portador de 5 Euro cada.

Os acionistas de referência são a casa-mãe do grupo em França, o 'BNP Paribas Personal Finance, S.A.' (anteriormente 'Cetelem, S.A.') que, por sua vez, integra o grupo BNP Paribas.

Em 29 de Maio de 2009, o Banco Cetelem, S.A. procedeu à aquisição da Cofinoga (Portugal), SGPS, S.A., entidade detentora de 100% do capital social e dos direitos de voto do Credifin – Banco de Crédito ao Consumo, S.A. e da Fideplus – Prestação de Serviços Promocionais de Marketing e Fidelização, Lda., com o objetivo de vir a criar uma única entidade, referência no mercado do crédito ao consumo em Portugal.

Com a concretização da fusão entre as sociedades, por escritura pública registada em 28 de Janeiro de 2010, o Banco Cetelem, S.A. incorporou os ativos e passivos das entidades pertencentes ao universo Cofinoga em Portugal, que se extinguíram nessa mesma data. Em consequência da fusão, foi também alterada a denominação social da sociedade incorporante para "Banco BNP Paribas Personal Finance, S.A.".

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 04 de Março de 2015.

Nota 1 – Bases de apresentação das Demonstrações Financeiras e comparabilidade

As demonstrações financeiras do Banco BNP Paribas Personal Finance, S.A. foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos e respetivo suporte documental mantidos de acordo as disposições emitidas pelo Banco de Portugal, na sequência da competência que lhe foi atribuída pelo Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro.

Desde 1 de Janeiro de 2006 que as demonstrações financeiras do Banco são preparadas de acordo

com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), tal como definidas pelo Banco de Portugal.

As NCA traduzem-se na aplicação às demonstrações financeiras individuais das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas pela União Europeia, com exceção das matérias previstas nos Avisos nº 1/2005 e nº 4/2005 do Banco de Portugal, nomeadamente no que diz respeito à valorimetria e provisionamento do crédito concedido, relativamente ao qual se

manteve, até 2008, o regime definido pelo Banco de Portugal.

A partir de 2008, as contas individuais do Banco passaram igualmente a integrar o conceito de imparidade, tal como definido no normativo IAS 39, através da aplicação da metodologia definida pelo Grupo para efeitos de apresentação das contas consolidadas.

No âmbito do processo de aquisição suprarreferido, a sociedade procedeu ao reconhecimento de valor de diferença de primeira consolidação, no montante de cerca de 181 milhões de euros - correspondente

à diferença entre o custo de aquisição (incluindo despesas) e o justo valor líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis das empresas adquiridas.

Visando assegurar a imagem verdadeira e apropriada da posição financeira pós-fusão, adotando critérios de prudência, por um lado, e tendo também em consideração a dificuldade de avaliação da evolução do justo-valor dessa diferença, dada a plena integração de atividades, foi tal diferença refletida nas contas de 2010 diretamente por contrapartida de débito de Capital Próprio.

Nota 2 – Principais critérios valorimétricos utilizados

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

2.1 Ativos financeiros

Os ativos financeiros são reconhecidos pelo Banco na data de negociação ou contratação. Nos casos em que por imposição contratual ou legal/regulamentar os direitos e obrigações subjacentes se transferem em datas diferentes, será utilizada a última data relevante.

O Banco classifica os seus ativos financeiros nas seguintes categorias: ativos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados, empréstimos e contas a receber e ativos financeiros disponíveis para venda. A gestão determina a classificação dos seus investimentos no reconhecimento inicial.

Para efeitos de interpretação, o justo valor é o montante pelo qual um ativo pode ser transferido ou liquidado entre contrapartes de igual forma conhecedoras e com igual interesse em efetuar a transação. Na data de transação ou negociação de uma operação, o justo valor é geralmente o valor pelo qual foi efetuada a transação.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial, o justo valor de ativos financeiros é determinado com base em:

- preços de um mercado ativo; e
- tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa ("discounted cash flows") e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Para os casos em que não é possível calcular com fiabilidade o justo valor, nomeadamente instrumentos de capital ou instrumentos financeiros derivados sobre instrumentos de capital, o registo é efetuado ao custo de aquisição.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, excepto nos casos de ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais do Banco ao recebimento dos seus fluxos de caixa ou o Banco tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

2.1.1 Ativos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados

Esta categoria inclui os ativos financeiros detidos para negociação e os ativos financeiros designados na opção de justo valor. Um ativo financeiro é classificado nesta categoria se o principal objetivo associado à sua aquisição for a venda no curto prazo ou se for designado na opção de justo valor pela gestão, respetivamente.

Apenas podem ser designados na opção de justo valor os ativos financeiros que cumpram os seguintes requisitos:

- elimina ou reduz significativamente uma inconsistência na mensuração ou no reconhecimento (por vezes, denominada “uma falta de balanceamento contabilístico”);
- um grupo de ativos financeiros, passivos financeiros ou ambos é gerido e o seu desempenho avaliado numa base de justo valor, de acordo com uma estratégia documentada de gestão do risco ou de investimento, e

a informação sobre o grupo é fornecida internamente ao pessoal chave da gerência da entidade nessa base; ou

- se um contrato contiver um ou mais derivados embutidos, que segundo o IAS 39 têm de ser bifurcados.

Os instrumentos financeiros derivados também são classificados nesta categoria como ativos financeiros detidos para negociação, exceto quando fazem parte de uma relação de cobertura.

A avaliação destes ativos é efetuada diariamente com base no justo valor. O valor de balanço dos instrumentos de dívida que se encontram registados nesta categoria inclui o montante de juros corridos e não cobrados.

Os ganhos e perdas resultantes de variações de justo valor são reconhecidos em resultados.

2.1.2 Créditos e outros valores a receber

O crédito e outros valores a receber compreende todos os ativos financeiros correspondentes ao fornecimento de dinheiro, bens ou serviços a um devedor. Este conceito abrange a atividade típica da concessão de crédito a clientes, incluindo operações de locação financeira mobiliária, bem como as posições credoras resultantes de operações com terceiros realizadas no âmbito da atividade da instituição e exclui as operações com instituições de crédito.

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente pelo seu valor nominal, acrescido das receitas e despesas associadas à contratação das operações de crédito, que são periodizadas na proporção do registo dos respetivos juros.

O crédito a clientes só é desreconhecido do balanço quando expiram os direitos contratuais do Banco à sua recuperação ou forem transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

A rubrica crédito a clientes reflete o capital ainda não vencido e o capital, juros e outros valores contidos nas prestações vencidas e não pagas. Estes últimos estão distribuídos por classes de risco que refletem o escalonamento temporal do capital, juros e outros valores vencidos, em função do período decorrido após o respetivo vencimento.

As rendas e outros valores vencidos e não cobrados, relativos a um mesmo contrato, são registados na classe de risco em que se encontram os montantes por pagar há mais tempo.

O Banco classifica em crédito vencido as prestações vencidas de capital ou juros corridos que continuem a ser devidos após 30 dias do seu vencimento. Nos créditos em contencioso todas as prestações de capital são consideradas vencidas (vincendas ou vencidas).

As garantias prestadas e compromissos irrevogáveis ou revogáveis são registados nas contas extrapatrimoniais pelo valor em risco.

Os créditos designados como ativos cobertos são valorizados de acordo com a política descrita na nota 2.3.1 – Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura – Derivados de cobertura.

O princípio contabilístico da especialização dos exercícios é seguido relativamente à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras, especialmente no que se refere aos juros contidos nas prestações de contratos de crédito e aos juros

de financiamento obtido que são contabilizados como proveitos ou custos, respetivamente, à medida que vão sendo gerados, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos.

No entanto, sempre que uma operação ativa se encontra vencida há mais de 3 meses, procede-se à anulação dos respetivos juros, os quais só serão considerados proveitos no momento em que forem efetivamente recebidos.

Imparidade associada ao crédito a clientes

Conforme referido na nota 1, desde 2008 que o Banco passou a considerar nas suas contas locais o diferencial positivo existente entre o valor das perdas potenciais por imparidade, determinadas de acordo com a metodologia definida pelo Grupo para efeitos de preparação das contas consolidadas, de acordo com o definido na IAS 39, e o valor das provisões contabilísticas, determinadas de acordo com as regras definidas pelo Aviso 3/95.

A 31 de Dezembro de 2014, a imparidade de crédito a clientes determinada de acordo com a metodologia definida pelo Grupo, em aplicação da norma IAS 39, não apresenta qualquer diferencial face ao valor das provisões contabilísticas, determinadas de acordo com as regras definidas pelo aviso 3/95 do Banco de Portugal, situação idêntica à ocorrida em Dezembro de 2013.

A política do Grupo consiste na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade na sua carteira de crédito.

As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada num período posterior.

A metodologia de análise de imparidade definida pelo Grupo prevê a realização de análises de imparidade de forma individual para ativos financeiros relativamente aos quais se considera que o valor agregado da exposição é

individualmente significativo e, de forma coletiva, para grupos homogêneos de ativos de montante individual não significativo.

Dadas as características da carteira de crédito do Banco, apenas são efetuadas análises individuais relativamente ao crédito concedido a parceiros de negócio, sendo a restante carteira, referente a crédito de pequenos montantes concedido maioritariamente a particulares, analisada numa base coletiva.

Para os ativos analisados coletivamente, o Grupo identifica segmentos de negócio relativamente aos quais estima os fluxos de caixa futuros com base na análise histórica do comportamento de carteiras com características semelhantes, sendo posteriormente atualizados à taxa de juro contratual.

A metodologia utilizada pelo Grupo para determinação das perdas por imparidade associadas ao crédito utiliza pressupostos determinados com base na experiência histórica de perdas em carteiras de risco semelhante.

Caso o Banco utilizasse diferentes critérios e pressupostos na determinação das perdas por imparidade, os valores apurados seriam diferentes dos atualmente refletidos nas demonstrações financeiras. No entanto, o Banco considera que a metodologia utilizada reflete de forma adequada o risco de incumprimento associado a estes ativos.

2.1.3 Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles: (i) cuja intenção do Banco é a sua detenção por um período indeterminado de tempo (ii) que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) que não se enquadrem nas categorias acima referidas.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, exceto no caso de instrumentos de capital próprio não cotados num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser determinado com fiabilidade, que permanecem registados ao custo.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas de reavaliação em capitais próprios, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja

identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas de reavaliação é transferido para resultados.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor atual, deduzida de qualquer perda de imparidade no investimento anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição, exceto no que se refere a ações ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

2.2 Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros ao justo valor através de resultados são registados ao justo valor e incluem

os instrumentos financeiros derivados com valor negativo e vendas a descoberto.

Os Outros passivos financeiros incluem recursos de instituições de crédito e de clientes, empréstimos, responsabilidades representadas por títulos, outros passivos subordinados.

2.3 Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

Os Instrumentos financeiros derivados são registados ao justo valor, na data em que o Banco negocia os contratos e são subsequentemente remensurados ao justo valor. Os justos valores são obtidos através de preços de mercado cotados em mercado ativos, incluindo transações de mercado recentes, e modelos de avaliação, nomeadamente: modelos de fluxos de caixa descontados e modelos de valorização de opções. Os derivados

são considerados como ativos quando o seu justo valor é positivo e como passivos quando o seu justo valor é negativo. Os derivados são também registados em contas extrapatrimoniais pelo seu valor teórico (valor nocional).

A sociedade possuía unicamente derivados de cobertura, os quais se venceram a 31 de Março de 2013.

2.3.1 Derivados de cobertura

O Banco disponha até Março de 2013 de uma carteira de derivados de taxa juro para cobertura de justo valor do ativo, nomeadamente crédito a clientes. A sociedade dispõe de documentação da relação de cobertura, identificando o instrumento que estava a ser coberto, a estratégia e tipo de risco coberto, o derivado de cobertura e os métodos utilizados para demonstrar a eficácia da cobertura.

Os ganhos e perdas resultantes da reavaliação de derivados de cobertura estão registados em resultados. Os ganhos e perdas na variação de justo

valor de ativos ou passivos financeiros cobertos, correspondentes ao risco coberto e à parte eficaz da cobertura, são também reconhecidos em resultados, por contrapartida do valor de balanço dos ativos ou passivos cobertos.

Caso a relação de cobertura deixe de existir, os derivados são reclassificados para negociação, sendo o valor de reavaliação dos instrumentos cobertos reconhecido em resultados durante o prazo remanescente da operação.

2.4 Ativos e passivos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio oficial, divulgada pelo Banco de Portugal, em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os ativos e passivos não monetários registados ao

custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

O Banco, às datas de 31 de Dezembro de 2014 e de 2013, não possui no seu ativo ou passivo elementos em moeda estrangeira.

2.5 Reconhecimento de juros

Os resultados decorrentes de juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa efetiva, são reconhecidos nas rubricas de juros e rendimentos similares ou juros e encargos similares.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos

os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam consideradas parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

No caso de ativos financeiros para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

2.6 Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos em geral, de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, da seguinte forma:

- rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um ato significativo são reconhecidos em resultados quando o ato significativo tiver sido concluído;
- rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados, são reconhecidos em resultados no período a que se referem; e
- rendimentos de serviços e comissões que são considerados uma parte integrante da taxa de juro efetiva de um instrumento financeiro são registados em resultados, de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

2.7 Ativos intangíveis

O Banco regista nesta rubrica custos de aquisição de sistemas informáticos, assim como os custos necessários à sua implementação, custos com registo de marcas e direitos de ingresso de cartões privados, quando o impacto esperado se repercute para além do exercício em que o custo é incorrido.

Os ativos intangíveis são amortizados pelo método das quotas constantes e por duodécimos, ao longo do período de vida útil esperada, que em

geral corresponde a um período entre 3 a 5 anos para o software e despesas de desenvolvimento, no caso dos custos com o registo de marcas, pelo período pelo qual a Gestão estima que a marca será utilizada (entre os 5 e os 10 anos) e pelo período pelo qual o direito de ingresso foi contratado (7 anos).

Os custos de manutenção de software são reconhecidos como custos quando incorridos.

2.8 Outros ativos tangíveis

Os outros ativos tangíveis são ativos utilizados pelo Banco para o desenvolvimento da sua atividade e encontram-se registados ao custo de aquisição, incluindo despesas que lhes são diretamente atribuíveis, deduzidos de amortizações acumuladas e perdas de imparidade.

Com exceção do imobilizado em curso, que será amortizável apenas a partir da sua entrada em funcionamento, todos os bens são amortizados por duodécimos, pelo método das quotas constantes, às taxas anuais máximas permitidas para efeitos fiscais previstas no Decreto Regulamentar 25/2009 durante os seguintes períodos, que não diferem substancialmente da vida útil esperada:

	Nº Anos
Obras em edifícios arrendados	4 - 10
Instalações interiores	4 - 10
Mobiliário e Material	8 - 10
Máquinas e Ferramentas	4 - 10
Equipamento informático	3 - 10
Equipamento de segurança	4 - 10
Material de Transporte	4
Outros	8

2.9 Locação financeira

A contabilização de um contrato de locação é efetuada de acordo com o tipo de contrato, isto é, se o Banco assume o papel de locador ou locatário:

a) Como locador:

Os ativos detidos sob locação financeira são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados.

Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registados em rendimentos enquanto as amortizações de capital, também incluídas nas rendas, são deduzidas ao valor global do crédito inicialmente concedido. O reconhecimento do resultado financeiro reflete uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

b) Como locatário:

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no ativo, na rubrica "Outros ativos tangíveis" por contrapartida da rubrica "Outros passivos", pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor atual das rendas de locação vincendas. Os outros ativos tangíveis são amortizados conforme descrito na Nota 2.8.

As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro, que é debitado em gastos e (ii) pela amortização financeira do capital, que é deduzido à rubrica Contas de regularização do passivo.

Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

2.10 Ativos recebidos por recuperação de crédito

A política do Banco para ativos recebidos por recuperação de crédito é proceder à sua alienação, no prazo mais curto em que tal seja praticável.

Os ativos recebidos por recuperação de créditos são classificados na rubrica de ativos não correntes detidos para venda, uma vez que cumpram com os seguintes critérios:

- existência de um plano de venda;
- ativo estar disponível para venda imediata;
- a venda ser altamente provável;
- o preço de venda ser coerente com os preços de mercado e
- ser expectável que a venda seja completada no prazo de um ano.

Estes ativos são inicialmente registados pelo menor valor de entre o seu justo valor e o valor de balanço do crédito concedido objeto de recuperação.

Subsequentemente, estes ativos estão sujeitos a testes de imparidade e são registados pelo menor de entre o valor do seu reconhecimento inicial e o correspondente justo valor e não são amortizados. As perdas não realizadas com estes ativos assim determinados são registadas em resultados e poderão ser revertidas perdas de imparidade até à extensão, em que foram reconhecidas anteriormente.

2.11 Provisões

São reconhecidas provisões quando o Banco (i) tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

2.12 Benefícios aos empregados

A sociedade não subscreveu o Acordo Coletivo de Trabalho Vertical do sector bancário pelo que a cobertura das responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência é assegurada pelo Sistema de Segurança Social.

O bónus a empregados atribuídos pelo Banco é contabilizado em resultados no exercício a que respeita.

2.13 Fiscalidade

A Instituição está sujeita ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) e correspondente Derrama.

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

O imposto corrente é determinado em função do lucro tributável do período apurado de acordo com as regras fiscais em vigor, o qual corresponde ao resultado contabilístico ajustado por custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais.

Os impostos diferidos ativos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar

e a pagar em períodos futuros resultantes de diferenças temporárias entre o valor de um ativo ou passivo no balanço e a sua base de tributação.

Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais a utilizar futuramente.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa venham a estar em vigor no período em que se prevê que seja realizado o respectivo ativo ou liquidado o passivo.

2.14 Relato por segmentos

Um segmento de negócio é um grupo de ativos e operações criados para providenciar produtos ou serviços, sujeitos a riscos e a benefícios, diferentes dos verificados noutros segmentos.

Um segmento geográfico está associado à oferta de produtos ou serviços num ambiente económico específico, caracterizado por ter riscos e benefícios distintos aos verificados em segmentos que operam em outros ambientes económicos.

2.15 Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior 3

meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa, as disponibilidades e as aplicações em instituições de crédito.

2.16 Principais estimativas e incertezas associadas à aplicação das políticas contabilísticas

Na elaboração das demonstrações financeiras, o Banco efetuou estimativas e utilizou pressupostos que afetam as quantias relatadas dos ativos

e passivos. Estas estimativas e pressupostos são apreciados regularmente e baseiam-se em diversos fatores incluindo expectativas acerca de

eventos futuros que se consideram razoáveis nas circunstâncias.

Utilizaram-se estimativas e pressupostos nomeadamente nas seguintes áreas significativas:

a) Imparidade para crédito a clientes

O Banco apreciou a sua carteira de crédito no sentido de apurar sobre a necessidade de reforço da imparidade associada ao crédito a clientes, utilizando para o efeito estimativas sobre os fluxos de caixa recuperáveis incluindo os originados pelas eventuais recuperações e realizações de colaterais.

b) Impostos sobre lucros

O Banco reconheceu impostos diferidos ativos no pressuposto da existência de matéria colectável futura e tendo por base legislação fiscal em vigor ou já publicada para aplicação futura. Eventuais alterações futuras na legislação fiscal podem influenciar as quantias expressas nas demonstrações financeiras relativas a impostos diferidos.

c) Justo valor de derivados e ativos financeiros não cotados

O justo valor de instrumentos financeiros derivados e ativos financeiros não cotados foi estimado com base em métodos de avaliação e teorias financeiras, utilizando pressupostos de mercado. Os resultados alcançados com este modelo dependem dos pressupostos utilizados.

2.17 Alterações de políticas contabilísticas

2.17.1 Alterações voluntárias de políticas contabilísticas

Durante o exercício não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação

financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos.

Nota 3 – Informação requerida pela Carta Circular nº02/2014/ DSP do Banco de Portugal

Divulgações qualitativas:

3.1 Política de gestão de risco de crédito (incluindo gestão do risco de concentração).

As regras de cálculo da imparidade do Banco BNP Paribas Personal Finance (adiante designado "Banco") são definidas a nível Central pelo Grupo BNP Paribas Personal Finance (adiante designado "Grupo") e a aprovação do mesmo assegurado por ambos os Diretores Funcionais.

O Processo de cálculo de imparidade e de atualização da metodologia do provisionamento económico é realizado e validado pela Direção de Risco, sendo posteriormente assegurado

um controlo de 2º nível pela Direção Financeira relativamente à coerência e resultados obtidos. De referir que os Diretores destas duas áreas, ambos membros do Comité Executivo do Banco, validam igualmente os resultados obtidos.

Os resultados do cálculo da imparidade e respetiva análise de desvios são ainda apresentados e discutidos mensalmente em Comité Executivo e trimestralmente nos Conselhos de Administração do Banco.

No que respeita à gestão do risco de concentração de Crédito, o Grupo BNP Paribas não considera que este deva ser analisado ou definido como um novo tipo de risco, mas antes como uma forma específica de considerar um determinado risco. Assim, a concentração é geralmente um efeito de segunda ordem que deve ser colocado em perspetiva com os fatores de risco primários, ou seja, probabilidade de ocorrência e gravidade.

O Grupo está organizado por linhas de negócio, sendo que cada linha de negócio gere um conjunto de entidades em setores específicos e nos países onde opera e exerce a sua atividade. Tendo em conta o grau de concentração e o tipo de atividade de cada entidade, o nível de concentração/

diversificação deve ser analisado ao nível do Grupo.

Desta forma, o Grupo determina que o risco de concentração não deve ser estudado de forma isolada, mas antes como um eixo de análise suplementar a partir dos principais fatores de risco.

Não obstante e com o intuito de responder ao solicitado na Instrução 5/2011 do Banco de Portugal, o Banco efetua anualmente uma análise ao risco de concentração de crédito, análise esta levada a cabo pelo Departamento Economic Risks Anticipation, departamento que reporta hierarquicamente à Direção de Risco da entidade.

3.2 Política de Write-off de créditos.

Não existe uma política ativa de write-off de créditos.

3.3 Política de reversão de imparidade.

No caso dos ativos financeiros sujeitos a análise individual (crédito a parceiros de negócio), poderá existir uma reversão de imparidade sempre que os indícios de imparidade assim o justifiquem. No caso do crédito a clientes, a análise é efetuada por

grupos homogéneos de ativos, pelo que a reversão de imparidade está refletida num montante global de provisionamento e não especificamente para cada contrato de crédito.

3.4 Política de conversão de dívida em capital do devedor (se aplicável).

Não Aplicável

3.5 Descrição das medidas de reestruturação aplicadas e respetivos riscos associados, bem como os mecanismos de controlo e monitorização dos mesmos.

São realizadas pela instituição reestruturações de dívida (RED) relacionadas com dificuldades financeiras do devedor. Estas reestruturações são feitas na atividade de recuperação de crédito, uma vez que a existência de pelo menos um incumprimento é uma das condições para a sua execução. O procedimento da realização de RED's define com grande detalhe as regras para a sua realização. Para efeitos de cálculo de provisões, a

RED é tida como um segmento independente, para o qual são calculadas PD's e LGD's específicas, adequadas ao historial desta tipologia de crédito. A metodologia utilizada para o cálculo dos coeficientes de provisionamento é idêntica à metodologia descrita para a restante carteira de crédito, com a particularidade de ter uma provisão para toda a carteira (incluindo carteira sã).

3.6 Descrição do processo de avaliação e de gestão de colaterais.

A avaliação e gestão de colaterais não se adequa ao processo de quantificação da imparidade da carteira de crédito e razoabilidade da imparidade individual e coletiva. No sector Automóvel o Banco trabalha com a reserva de propriedade e a viatura

como colateral; contudo, a valorização destes colaterais não é utilizada para efeitos de cálculo de imparidade por se considerar que existe risco de sub-provisionamento relacionado com a incerteza relativamente à deterioração dos veículos.

3.7 Natureza dos principais julgamentos, estimativas e hipóteses utilizados na determinação da imparidade.

Não existem julgamentos ou pressupostos utilizados no cálculo da imparidade. Este cálculo

baseia-se no real constatado com base em observações históricas.

3.8 Descrição das metodologias de cálculo da imparidade, incluindo a forma como os portefólios são segmentados para refletir as diferentes características dos créditos.

A metodologia de análise de imparidade definida pelo Grupo prevê a realização de análises de imparidade de forma individual para ativos financeiros relativamente aos quais se considera que o valor agregado da exposição é individualmente significativo e, de forma coletiva, para grupos homogéneos de ativos de montante individual não significativo.

A carteira de crédito concedida a parceiros de negócio é objeto de uma análise específica de imparidade. Os ativos respetivos são, portanto, avaliados de forma individual no sentido de apurar a respetiva imparidade. São também alvo de análise individual de imparidade os contratos de crédito concedidos a particulares sobre os quais foram detetados fortes indícios de práticas não conformes com a política de risco do Banco e que, por esse motivo, não puderam ser integrados em grupos homogéneos de ativos com características de risco similares, cuja imparidade pudesse ser

analisada de forma coletiva.

Para a restante carteira de crédito concedido, considerou-se a metodologia que descrevemos em seguida, que reflete o estudo de provisionamento económico efetuado de acordo com as normas do Grupo:

De acordo com a metodologia de análise de imparidade definida pelo Grupo, a carteira de crédito em incumprimento é composta pela componente vencida e não paga e pela componente vincenda desse mesmo contrato de crédito. Esta carteira inclui também toda a componente de juros e penalidades com atraso >90 dias, das 3 primeiras prestações em incumprimento.

Estes dois pontos representam uma diferença, quando comparamos a carteira de crédito definida pelo Grupo e a carteira de crédito definida de acordo com as regras do Banco de Portugal.

1º passo - Determinação das probabilidades de transmissão ao contencioso (PD)

A determinação da probabilidade de transmissão ao contencioso é obtida com base em três carteiras distintas dos últimos 3 anos (Ex, Março de A-1; Março de A-2; Março de A-3) e na respetiva análise de comportamento durante 12 meses. Para a determinação da probabilidade de transmissão ao contencioso (PD) a aplicar à carteira atual é utilizada

uma média ponderada das três probabilidades de transmissão ao contencioso calculadas com uma janela de observação de 12 meses.

Em primeiro lugar, procede-se à repartição das carteiras iniciais dos vários sectores pelos diversos níveis de risco nessa data:

- Carteira Sã com e sem facilidades;
- Carteira com um incumprimento, repartida em carteira com e sem facilidades;
- Carteira em recuperação, repartida por níveis de atraso.

Importa salientar que, na repartição efetuada, são excluídos os créditos que já se encontrassem em Contencioso, visto ser essa a ocorrência cuja probabilidade se pretende determinar.

Com a repartição obtida, foi efetuada uma análise da evolução dos vários dossiers de crédito durante o período do estudo – 12 meses - permitindo enquadrar os créditos nas diversas fases de risco e, nomeadamente, na fase de Contencioso, no final do período de observação.

O estudo efetuado considera ainda alguns pressupostos que julgamos ser importante evidenciar, os quais passamos a descrever:

- Os dossiers que durante o período do estudo

tenham sido transmitidos a Contencioso são considerados para efeitos da determinação das probabilidades de transmissão ao contencioso, mesmo que posteriormente tenham sido recuperados ou reconhecida a sua perda;

- O valor da carteira de créditos retida no final da janela de observação é o correspondente à dívida amortizada dos dossiers de crédito que compunham a carteira inicial, ou seja, excluem-se os montantes de créditos saldados ou amortizados fora do Contencioso durante o período da análise, bem como os novos financiamentos ocorridos durante o período (Crédito Revolving).

A determinação das probabilidades de transmissão ao Contencioso é efetuada a partir da resolução de um sistema de equações que permite determinar, na estrutura da carteira de crédito amortizada (vista na data final do estudo), as transmissões ao Contencioso potenciais contidas na carteira de crédito inicial de cada um dos sectores de negócio.

2º passo - Determinação da taxa de perdas a prazo no Contencioso (LGD)

A taxa de perdas a prazo dos créditos transmitidos ao Contencioso determina o nível de perdas implícito em cada um dos níveis de risco uma vez que, após a passagem de determinado contrato a Contencioso, o mesmo só sairá por via da regularização da dívida ou através do reconhecimento, por parte do Banco, da perda associada.

Para efeitos de cálculo da percentagem de encaixe em Contencioso procedeu-se à análise histórica dos pagamentos obtidos em Contencioso por geração de transmissão (são analisados 44 trimestres de regularizações em contencioso).

Desta forma, e com o objetivo de determinar uma taxa de perdas estimada após o período de tratamento em contencioso, é calculada uma percentagem média ponderada dos últimos 3 anos de recebimentos em Contencioso.

O cálculo da taxa de perdas é efetuado por sector de negócio e separadamente entre os diferentes

sistemas informáticos (grupo homogéneo de créditos com as mesmas características), de forma a refletir com maior rigor as características específicas das diferentes tipologias de negócio.

De seguida é calculado o efeito de atualização dos fluxos de encaixe futuros, sendo considerada uma taxa anual de atualização correspondente à taxa média contratual da carteira em contencioso de cada um dos sectores de crédito.

A taxa atualizada de recuperação, para os contratos que se encontram em Contencioso, é diferenciada por sector de crédito e resulta da soma dos encaixes determinados em cada um dos períodos sobre a carteira residual à data. Inversamente, a taxa de passagem a perdas para os contratos que já se encontram em gestão no Contencioso é de 100% menos a taxa atualizada de recuperação.

A probabilidade de passagem a perdas de contratos ainda não transmitidos a Contencioso é inferior aos que já se encontram nesta fase,

pelo que foi determinada uma taxa de perdas para as novas transmissões de créditos a contencioso, apresentando, da mesma forma, um valor diferenciado por sector de negócio e que contempla o efeito de atualização trimestral dos fluxos de encaixe futuros.

A Metodologia de cálculo da taxa de perdas a prazo no contencioso foi adaptada no sentido de não ser impactada pelas potenciais vendas de carteira em contencioso. Em caso de ocorrência de uma venda massiva de carteira, os pagamentos

referentes a essa mesma carteira deixarão de ser conhecidos pelo Banco. Desta forma, o cálculo do perfil de encaixes das novas transmissões a contencioso não pode ser calculado à imagem do stock atual em contencioso, mas sim à imagem do antigo stock (antes da venda). Os encaixes futuros do montante de carteira vendida serão estimados em função do respetivo preço de venda e serão incorporados nas crónicas de encaixes utilizadas para calcular a taxa de perdas dos contratos que entretanto darão entrada em contencioso.

3º passo: Determinação da perda potencial contida na carteira de crédito

A perda potencial total da carteira de crédito é apurada através do somatório de diversos efeitos, nomeadamente:

A. Montante de provisões que resulta da multiplicação das carteiras, repartidas por nível de risco, pelas respetivas probabilidades de transmissão ao contencioso e pelas taxas de perdas para dossiers em contencioso e a serem transmitidos a contencioso;

B. Provisão para crédito a Empresas – parceiros de negócio, determinadas através de análises específicas, sempre que justificável;

C. Provisão para crédito reportado, relativo ao efeito de atualização dos fluxos de encaixe futuros das mensalidades reportadas para o final do contrato de crédito;

D. Provisão adicional sobre créditos reestruturados, que resulta da diferença entre o valor líquido contabilístico dos créditos e a soma dos fluxos futuros atualizados à taxa original do contrato;

E. Imparidade sobre a carteira integralmente sã e sem indícios de imparidade;

3.9 Indicação dos indícios de imparidade por segmentos de crédito.

Todo o evento suscetível de reduzir a rentabilidade de um contrato de crédito face ao que estava previsto originalmente deve ser objeto duma provisão.

Tem evidência objetiva de imparidade qualquer contrato que esteja pelo menos numa de entre as três seguintes condições:

1) Contrato em incumprimento, isto é, que tenha pelo menos uma mensalidade não paga;

2) Contrato clássico com facilidades de pagamento, isto é, transferência para o final do contrato de uma ou mais mensalidades não pagas;

3) Produto que tenha sido alvo de reestruturação de dívida (RED).

Para efeitos de cálculo de coeficientes de provisionamento, é realizada uma segmentação por grupos homogêneos de créditos com características de produção semelhantes. Numa primeira segmentação, a carteira de crédito é repartida por sector de negócio e numa segunda segmentação, a carteira de créditos de cada um destes sectores de negócio é repartida pelos diferentes níveis de incumprimento.

3.10 Indicação dos limiares definidos para análise individual.

Todo o crédito concedido a parceiros de negócio é alvo de análise individual. A decisão de crédito é inicialmente tomada pelo métier (dentro dos níveis de competência atribuídos) e validada pelas equipas de risco (a nível local, regional e central do Grupo), em conformidade com a grelha de competências em vigor.

Em caso de desacordo entre o métier a equipa de risco, utiliza-se o processo de escalada entre os

vários níveis para a tomada de decisão.

O processo de constituição e manutenção das provisões afetas a este tipo de crédito tem por base uma análise individualizada da situação do parceiro feita pela equipa de risco local e segue o mesmo processo de delegação de poderes, em conformidade com as grelhas de competência em vigor.

3.11 Política relativa aos graus de risco internos, especificando o tratamento dado a um mutuário classificado como em incumprimento.

As notações de risco interno baseiam-se em modelos discriminantes que têm na sua base critérios de atraso assentes na probabilidade de transmissão a contencioso.

Conforme descrito no ponto 8., também a metodologia de cálculo de imparidade utiliza a probabilidade de transmissão a contencioso como

a base de cálculo da taxa de perdas a termo de um contrato de crédito.

Desta forma, podemos assumir que existe uma relação direta entre os graus de risco interno e os coeficientes de provisionamento utilizados de acordo com a metodologia de cálculo de imparidade.

3.12 Descrição genérica da forma de cálculo do valor atual dos fluxos de caixas futuros no apuramento das perdas de imparidade avaliadas individualmente e coletivamente.

Para efeitos de cálculo da percentagem de encaixe em Contencioso, procede-se à análise histórica dos pagamentos obtidos em Contencioso por geração de transmissão. Desta forma e com o objetivo de determinar uma taxa de perdas estimada após o período de tratamento em contencioso, é calculada uma percentagem média ponderada dos últimos 3 anos (12 trimestres) de encaixe / recebimentos em Contencioso. Os cash-flows de encaixes futuros são atualizados à taxa anual nominal média dos contratos que se encontram em contencioso, para o cálculo da taxa de perdas da carteira em contencioso, ou à taxa anual nominal média dos contratos que ainda não se

encontram em contencioso, para o cálculo da taxa de perdas das novas transmissões a contencioso, respetivamente.

No caso de ocorrência de uma venda de carteira em contencioso, a metodologia foi adaptada no sentido de não alterar as respetivas crónicas de encaixe. Para a previsão da taxa de perdas dos contratos transmitidos a contencioso após a venda, são incorporados os perfis de encaixe da carteira vendida. Esses perfis são reais até ao momento da venda e são estimados tendo como base o preço de venda para os momentos pós venda.

3.13 Descrição do(s) período(s) emergente utilizado para os diferentes segmentos e justificação da sua adequação.

Se uma mensalidade entra em incumprimento, passa no imediato a ser alvo de tratamento e de provisionamento.

3.14 Descrição detalhada do custo associado ao risco de crédito, incluindo divulgação das PD, EAD, LGD e taxas de cura.

A descrição detalhada conforme solicitada encontra-se no ponto 8 e no quadro j) da Nota 32 deste documento.

3.15 Conclusões sobre as análises de sensibilidade ao montante de imparidade a alterações nos principais pressupostos.

Nos exercícios de análises de sensibilidade efetuados com referência a 2014.12.31, foram avaliados os impactos nos resultados operacionais e na solvabilidade do Banco de uma deterioração da qualidade da carteira de créditos, quer em termos de aumento da frequência do incumprimento, quer de aumento da severidade das perdas.

A análise de sensibilidade efetuada resulta da comparação entre a evolução da estrutura da carteira de crédito assumida nos modelos de previsão, do nível de provisões para cobertura do risco de crédito e da evolução da estrutura da carteira de crédito resultante da introdução dos choques propostos pelos critérios estabelecidos.

As hipóteses assumidas para o teste de esforço foram as seguintes:

- Aumento da frequência do incumprimento correspondente à amplitude da variação máxima anual verificada historicamente. Introdução de um choque hipotético sobre o fator de risco indicado pela taxa de passagem entre a carteira sem atraso e a carteira com atraso de uma mensalidade, no prazo de um mês - adiante referido por indicador "ROR1".

- Aumento da severidade do incumprimento correspondente à amplitude da variação máxima anual verificada historicamente. Introdução de um choque hipotético sobre o fator de risco indicado pela taxa de passagem entre a carteira com atraso de uma mensalidade e a carteira com atraso de quatro mensalidades, no prazo de 3 meses - adiante referido por indicador "R1R4".

Descrição dos choques introduzidos para simular os acontecimentos adversos:

- Introdução de um choque hipotético de +17,6% sobre o indicador ROR1, face à sua previsão até 2015.12, acompanhado do consequente aumento global das provisões decorrente da aplicação das taxas médias de provisionamento da atual carteira de crédito do Banco.
- Introdução de um choque hipotético de -0,7% sobre as eficácias em montante no dispositivo de recuperação de crédito, traduzidas pelo indicador (1-R1R4), face à sua previsão até 2015.12, acompanhado do consequente aumento global das provisões decorrente da aplicação das taxas médias de provisionamento da atual carteira de crédito do Banco.

Conclusões:

Os impactos são materialmente relevantes em Resultados Operacionais em Dezembro 2015, mas não são materialmente relevantes em termos de requisitos mínimos de fundos próprios em 31.12.2015. Os impactos descritos não colocam em questão o mínimo de solvabilidade de 8%.

Nota 4 – Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais

A composição desta rubrica a 31 de Dezembro de 2014 e de 2013 é como segue:

	valores em EUR	
	31/12/2014	31/12/2013
Fundos de caixa	1.000	1.000
Caixa - Agências	2.273	10.738
TOTAL	3.273	11.738

Nota 5 – Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito

A composição desta rubrica a 30 de Dezembro de 2014 e de 2013 é como segue:

	valores em EUR	
	31/12/2014	31/12/2013
Instituições de crédito no país		
BNP Paribas	2.667.299	582.758
Outras Instituições de crédito	3.899.455	976.900
TOTAL	6.566.754	1.559.658

Nota 6 – Aplicações em instituições de crédito

A composição desta rubrica a 31 de Dezembro de 2014 e de 2013 é como segue:

	valores em EUR	
	31/12/2014	31/12/2013
Depósitos a Prazo	-	2.000.000
Juros Depósitos a Prazo	-	22
TOTAL	-	2.000.022

Nota 7 – Crédito a Clientes

Com referência a 31 de Dezembro de 2014 e de 2013, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	valores em EUR	
	31/12/2014	31/12/2013
Crédito interno		
Empresas		
- Crédito clássico	37.474.955	35.522.994
- Locação financeira	36.571.843	38.447.780
- Aluguer financeiro	10.029.979	11.954.221
- Contas correntes	20.661.952	15.405.759
SUB-TOTAL EMPRESAS	104.738.729	101.330.754
Particulares		
- Habitação	1.216.929	1.446.055
- Crédito clássico	531.674.331	515.046.833
- Locação financeira	35.986.869	34.784.872
- Aluguer financeiro	16.464.902	17.296.672
- Contas correntes	260.477.645	270.813.539
- Correção de valor de Activos objecto de cobertura	-	-
SUB-TOTAL PARTICULARES	845.820.676	839.387.971
TOTAL DE CRÉDITO INTERNO	950.559.404	940.718.724
Crédito e juros vencidos		
- Menos de 90 dias	3.803.239	3.722.340
- Mais de 90 dias	112.080.580	169.794.859
SUB-TOTAL	115.883.819	173.517.199
Despesas e Receitas com encargo diferido		
- Despesas com encargo diferido	25.561.887	19.012.811
- Juros a receber de clientes	6.773.618	7.237.940
- Receitas com rendimento diferido	(7.064.266)	(6.872.302)
SUB-TOTAL	25.271.239	19.378.449
TOTAL BRUTO DE CRÉDITO A CLIENTES	1.091.714.462	1.133.614.373
Provisão p/ crédito vencido e cobrança duvidosa		
- Para crédito de cobrança duvidosa	(8.904.537)	(11.459.663)
- Para crédito vencido	(104.688.964)	(162.531.794)
- Imparidade p/ risco crédito (norma Grupo)	-	-
SUB-TOTAL	(113.593.501)	(173.991.457)
TOTAL LÍQUIDO DE CRÉDITO A CLIENTES	978.120.961	959.622.916

A rubrica Crédito Interno é constituída por contratos de crédito Lar (electrodomésticos, móveis), crédito automóvel, crédito pessoal (para melhoramento do lar e outros fins) e crédito em contas correntes.

A rubrica Crédito e Juros vencidos refere-se aos valores de capital e juros das prestações vencidas e não cobradas, bem como ao capital vincendo relativo a contratos rescindidos (gestão contenciosa).

Os juros sobre crédito vencido há mais de 90 dias são anulados, sendo reconhecidos apenas no momento em que sejam efetivamente recebidos.

A cobertura relativa do crédito e juros vencidos pelas provisões para crédito vencido em Dezembro de 2014, é de 90% (94% em Dezembro de 2013). Em 31 de Dezembro de 2014 não foi registada uma dotação adicional a título de imparidade associada ao risco de crédito, calculada de acordo com as normas do Grupo, uma vez que esta se apresenta inferior às provisões calculadas com base nas normas do Banco de Portugal (ver nota 32).

O movimento ocorrido nas provisões entre 31 de Dezembro de 2014 e de 2013 é apresentado na Nota 8 - Provisões e Imparidade.

A exposição de crédito vincendo por duração residual apresenta-se com a seguinte repartição:

	valores em EUR	
	31/12/2014	31/12/2013
Crédito Interno		
Até 3 meses	89.663.368	72 820 959
De 3 meses a 1 ano	175.268.808	143 410 811
De 1 ano a 5 anos	387.375.139	400 892 938
Mais de 5 anos	37.774.444	52 780 477
Duração indeterminada (Crédito em conta corrente)	260.477.645	270 813 539
TOTAL	950.559.404	940.718.724

O Crédito e juros vencidos apresentam a seguinte repartição por classes de atraso:

	valores em EUR	
	31/12/2014	31/12/2013
Crédito e juros vencidos		
Até 3 meses	3.803.239	3.722.340
De 3 meses a 1 ano	16.087.155	24.531.744
Mais de 12 meses	95.993.424	145.263.116
TOTAL	115.883.818	173.517.199

Nota 8 – Provisões e Imparidade

O movimento ocorrido em Imparidade e Provisões entre 31.12.2013 e 31.12.2014 foi o seguinte:

	valores em EUR					31/12/2014
	31/12/2013	Constituições Reforços	Reposições Anulações	Utilizações	Transferências e outros	
Provisões						
Para Riscos Gerais de Crédito	13.537.305	258.463	(75.704)	-	-	13.720.064
Outros riscos e encargos	1.106.583	1.417.964	(163.863)	-	-	2.360.684
SUB-TOTAL PROVISÕES	14.643.888	1.676.426	(239.567)	-	-	16.080.747
Imparidade de activos financeiros						
Imparidade de crédito a clientes	173.991.457	15.771.969	(4.554.772)	(71.615.152)	-	113.593.501
Para crédito e juros vencidos	162.531.794	15.356.658	(1.584.336)	(71.615.152)	-	104.688.964
Para crédito de cobrança duvidosa	11.459.663	415.310	(2.970.436)	-	-	8.904.537
Imparidade de activos não correntes						
detidos para venda	146.730	78.103	(151.190)	-	-	73.643
Imparidade de activos intangíveis	1.177.121	-	(504.480)	-	-	672.640
SUB-TOTAL IMPARIDADE	175.315.308	15.850.071	(5.210.442)	(71.615.152)	-	114.339.785
TOTAL	189.959.196	17.526.498	(5.450.010)	(71.615.152)	-	130.420.532

Em 31 de Dezembro de 2014 não foi registada uma dotação adicional a título de imparidade associada ao risco de crédito, calculada de acordo com as normas do Grupo, uma vez que esta se apresenta

inferior às provisões calculadas com base nas normas do Banco de Portugal (similar a Dezembro 2013).

Nota 9 – Ativos Não Correntes detidos para Venda

Esta rubrica pode ser analisada no quadro que se segue:

	valores em EUR			
	31/12/2014			31/12/2013
	Valor Bruto	Imparidade	Valor Líquido	Valor Líquido
Equipamentos - viaturas recuperadas	175.044	(72.444)	102.599	206.306
Imóveis	507.604	(1.198)	506.406	506.405
TOTAL	682.648	(73.643)	609.005	712.711

Nota 10 – Ativos Tangíveis e Intangíveis

Movimentos ocorridos nas rubricas do imobilizado e respectivos saldos entre 31 de Dezembro de 2013 e 31 de Dezembro de 2014:

	31/12/2013			Movimentos		Abates		Amortização	Imparidade	31/12/2014				
	Valor Bruto	Amort. Acum	Imparidade	Aquisições	Transfer.	V Bruto	Am. Acum.	Período	Período	Valor Bruto	Amort. Acum	Imparidade	Valor Líquido	
Outros Activos Tangíveis														
Obras em Imóveis Arrendados	7.148.567	(4.430.202)		-	27.418	-	-	(579.970)		7.175.985	(5.010.172)		2.165.813	
Equipamento:														
Mobiliário e material	1.814.697	(1.500.876)		690	-	-	-	(97.486)		1.815.387	(1.598.362)		217.025	
Máquinas e ferramentas	942.059	(875.653)		395	-	(9.668)	9.668	(35.116)		932.786	(901.102)		31.685	
Equipamento informático	7.969.533	(7.091.985)		163.413	232.618	(557.402)	556.588	(471.434)		7.808.162	(7.006.832)		801.330	
Instalações interiores	2.111.392	(1.907.192)		-	-	(252)	252	(67.810)		2.111.140	(1.974.750)		136.390	
Material de transporte	-	-		-	-	-	-	-		-	-		-	
Equipamento de segurança	643.906	(512.616)		1.284	-	-	-	(54.240)		645.190	(566.856)		78.334	
Outros activos	33.537	(33.537)		-	-	-	-	-		33.537	(33.537)		-	
Imóveis em regime de locação financeira	171.062	(25.659)		-	-	-	-	(2.566)		171.062	(28.225)		142.837	
Imobilizado em curso	(0)	-		194.864	(27.418)	-	-	-		167.446	-		167.446	
	20.834.754	(16.377.720)		-	360.645	232.618	(567.322)	566.508	(1.308.622)	-	20.860.694	(17.119.835)	-	3.740.860
Activos Intangíveis														
Despesas de estabelecimento	-	-		-	-	-	-	-		-	-		-	
Despesas de invest. e desenvolvimento	-	-		-	-	-	-	-		-	-		-	
Marcas e patentes	1.986	(1.986)		-	-	-	-	-		1.986	(1,986)		(0)	
Custos plurianuais	7.203.832	(7.203.832)		1.230.000	-	-	-	(143.500)		8.433.832	(7.347.332)		1.086.500	
Sist. Tratam. Aut. Dados	14.641.656	(12.333.067)	(1.177.121)	5.028	679.798	-	-	(1.210.515)	504.480	15.326.483	(13.543.583)	(672.640)	1.110.259	
Imobilizado em curso	800.636	-	-	1.147.503	(912.416)	-	-	-		1.035.723	-	-	1.035.723	
	22.648.110	(19.538.886)	(1.177.121)	2.382.531	(232.618)	-	-	(1.354.015)	504.480	24.798.023	(20.892.901)	(672.640)	3.232.482	
ACTIVO IMOBILIZADO	43.482.864	(35.916.606)	(1.177.121)	2.743.176	-	(567.322)	566.508	(2.662.638)	504.480	45.658.718	(38.012.736)	(672.640)	6.973.342	

Nota 11 – Ativos e Passivos por Impostos Correntes

	valores em EUR	
	31/12/2014	31/12/2013
Imposto corrente sobre os lucros (1+2+3+4)	23.480.622	16.138.387
Imposto sobre os lucros do exercício (1)	23.146.147	15.378.405
Contribuição do sector bancário (2)	612.441	497.267
Excesso/insuficiência de estimativa de imposto s/ lucros (3)	(181.664)	262.715
Correcções de liquidações fiscais (4)	(96.301)	-
Pagamentos por conta (5)	(13.870.932)	(10.516.926)
Retenções na fonte por terceiros (6)	-	-
IRC a pagar (1+5+6)	9.275.215	4.861.479
IRC a recuperar	-	-
Resultado antes de imposto	64.333.592	48.449.310
TAXA EFECTIVA DE IMPOSTO	36,50%	33,31%

O imposto sobre o rendimento do período apurado com referência a 31 de Dezembro de 2013, ascendia a 15 875 672 Euros, dos quais 10 516 926 Euros foram liquidados através de pagamentos por conta. Como resultado apurou-se 4 861 479 Euros de imposto a pagar. Esta estimativa apresentou um excesso face ao montante efetivamente pago de 181 664 Euros, o qual foi de 4 679 815 Euros.

A rubrica "Correcções de liquidações Fiscais" a 31 de Dezembro de 2014 evidencia um reembolso de imposto relativo a IRC de 2000 da sociedade ex-Credifin.

A taxa efetiva de imposto ascende a 36.50% em Dezembro de 2014 (33.31% em Dezembro de 2013). Esse aumento resulta maioritariamente do crescimento das provisões não dedutíveis fiscalmente.

Nota 12 – Ativos e Passivos por Impostos Diferidos

A composição desta rubrica a 31 de Dezembro de 2014 e de 2013 é como segue:

	valores em EUR		
Base de Imposto Diferido	Base 31-12-2013	Acrésc. / Deduções fiscais de 2014	Base 31-12-2014
Activo			
Provisões específicas para crédito	1.139.024	185.741	1.324.766
Provisões p/ Riscos Gerais de Crédito	13.125.438	182.759	13.308.197
Outras Provisões Tributadas	825.000	7.918.135	8.743.135
Outras Provisões p/ Riscos e encargos	1.963.531	(373.011)	1.590.519
TOTAL	17.052.993	7.913.624	24.966.617

Os valores de ativos por impostos diferidos (no montante de 5 617 489 euros) são calculados, fundamentalmente, sobre provisões constituídas não aceites fiscalmente.

	valores em EUR		
Imposto Diferido	Imposto Diferido 31-12-2013	Reconhecimento Exercício 2014	Imposto Diferido 31-12-2014
Activo			
Provisões específicas para crédito	301.841	(3.769)	298.072
Provisões p/ Riscos Gerais de Crédito	3.478.242	(483.896)	2.994.345
Outras Provisões Tributadas	218.625	1.748.580	1.967.205
Outras Provisões p/ Riscos e encargos	520.336	(162.469)	357.867
TOTAL	4.519.043	1.098.446	5.617.489

Nota 13 – Outros Ativos

A composição desta rubrica a 31 de Dezembro de 2014 e de 2013 é como segue:

	valores em EUR	
	31/12/2014	31/12/2013
Outros Devedores		
- Sector Público Administrativo	858.473	850.474
- Cobrança de mensalidades em curso de apresentação bancária	412.400	391.325
- Clientes c/c	4.651.792	6.988.872
- Adiantamentos a advogados e agentes de execução	544.834	451.820
- Fundo maneio a colaboradores	12.947	22.890
- Seguros de crédito e outros	241.419	229.466
- Impostos a receber de clientes	-	-
- Devedores diversos	2.408.571	1.722.878
SUB-TOTAL	9.130.436	10.657.725
Outros Rendimentos a receber		
- Comissões de intermediação de seguros	4.356.906	3.317.898
- Gestão de cartões	628.724	1.079.258
- Outros	52.256	50.133
SUB-TOTAL	5.037.886	4.447.289
Despesas com encargo diferido		
- Rendas a alugueres	133.674	132.918
- Contratos de manutenção pagos	487.169	379.888
- Campanhas de publicidade	-	-
- Seguros	26.050	28.316
SUB-TOTAL	646.893	541.122
Outras contas de regularização		
- Valores cobrados - créditos a imputar	40.228	120.938
- Impostos a Receber	1.030.387	1.043.009
- Despesas de dossier a cobrar de clientes	334.766	311.660
- Seguros pagos One-Shot	-	-
- Outras operações a regularizar	1.903.051	1.739.884
SUB-TOTAL	3.308.432	3.215.491
TOTAL	18.123.647	18.861.629

O montante de 858 473 Euros (Dezembro de 2013: 850 474 Euros), evidenciado na rubrica "Sector Público Administrativo", refere-se na sua maioria a IVA a recuperar.

Durante o exercício de 2009, o ex-Credifin procedeu a uma revisão da fiscalidade em sede de IVA de um conjunto de comissões processadas entre os períodos 2006 a 2009. À data do processo de fusão, Janeiro de 2010, restava ainda por recuperar, a título de crédito de imposto, o valor de 850 mil euros. Em Julho de 2010, o Banco através de requerimento submetido junto da DSIVA, solicitou autorização para utilizar o valor do crédito de IVA, tendo este sido indeferido em Janeiro de 2012. O Banco decidiu recorrer da decisão, e em Dezembro de 2012, submeteu um pedido de reembolso oficioso do IVA endereçado à DSIVA. A Unidade de Grandes Contribuintes, da Autoridade Tributária e Aduaneira (ATA), indeferiu o pedido de pedido de reembolso oficioso do IVA, em Junho de 2014, através de um relatório de inspeção, do qual resultou, uma correção de 1.614 mil euros em sede de IVA. Em oposição a esta decisão, o Banco procedeu à contestação das correções fiscais emitidas pela ATA, através de uma ação de impugnação, entregue em Janeiro de 2015, no Tribunal Arbitral do Centro de Arbitragem Administrativa. Consequentemente, o Banco decidiu reconhecer uma provisão de 1.089 mil euros em 2014 sobre esta ação litigiosa, cobrindo por este instrumento, o máximo de perda potencial esperada sobre este processo.

Com referência a 31 de Dezembro de 2014 e de 2013, a rubrica "Cobrança de mensalidades em curso de apresentação bancária" regista movimentos de passagem associados a transações de tesouraria regularizadas nos dias seguintes.

A rubrica "Clientes c/c" compreende, nomeadamente, contas correntes com parceiros de negócio por serviços prestados pelo Banco BNP Paribas Personal Finance, S.A..

A rubrica "Adiantamentos a advogados e agentes de execução" diz respeito aos adiantamentos feitos à rede de advogados dedicada à recuperação de créditos pela via Judicial.

A rubrica "Seguros de crédito e outros" respeita aos valores que se encontram em atraso de pagamento relativos ao financiamento do seguro de crédito.

A rubrica "Devedores Diversos" compreende, nomeadamente, os pré-financiamentos a parceiros de negócio entretanto anulados e já faturados.

A rubrica de "Comissões de intermediação de seguros" respeita a comissões e valores de participação nos resultados a receber das companhias de seguros com quem a sociedade opera.

Em Dezembro de 2014, o saldo da rubrica "Gestão de cartões" respeita a custos com a emissão e gestão de cartões de fidelidade faturados a parceiros de negócio.

A rubrica "Despesas com encargo diferido" compreende, nomeadamente, a especialização de contratos.

O saldo de "Valores cobrados - créditos a imputar" respeita a recebimentos efetuados nas agências, ainda não depositados no banco.

O saldo da rubrica "Impostos a receber" integra 861 mil euros transitados das sociedades incorporadas relativos aos valores que o Banco espera vir a receber, em sede de IRC, no seguimento da impugnação judicial das liquidações adicionais efetuadas pela Administração Fiscal na sequência de inspeções fiscais sobre os exercícios de 1997, 1998 e 1999. No exercício de 2008, as impugnações judiciais apresentadas pelo ex-Credifin foram consideradas totalmente procedentes. Contudo, foi interposto recurso pela Fazenda Pública.

Nota 14 – Recursos de Outras Instituições de crédito

A composição desta rubrica a 31 de Dezembro de 2014 e de 2013 é como segue:

	valores em EUR	
	31/12/2014	31/12/2013
Recursos de instituições de crédito no país		
Empréstimos de curto prazo	-	11.200.000
Outros recursos de instituições de crédito	-	121.197
SUB-TOTAL	-	11.321.197
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro		
Empréstimos a curto prazo	376.120.000	353.893.000
Empréstimos a médio/longo prazo	425.347.000	441.017.000
SUB-TOTAL	801.467.000	794.910.000
TOTAL RECURSOS DE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	801.467.000	806.231.197
Encargos a pagar - Juros e encargos similares		
Juros e encargos de Outras Instituições de crédito	1.319.001	1.646.122
SUB-TOTAL	1.319.001	1.646.122
TOTAL	802.786.001	807.877.319

O saldo da conta "Recursos de instituições de crédito no país - Empréstimos de curto prazo", corresponde a tomadas de fundos de muito curto prazo.

O saldo da conta "Recursos de instituições de crédito no país - outros recursos", corresponde a saldos credores de contas de depósitos à ordem.

O saldo de "Recursos de instituições de crédito no estrangeiro", corresponde a financiamentos obtidos diretamente junto do BNP Paribas em França.

A sua decomposição por prazos residuais de vencimento é como segue:

	valores em EUR	
	31/12/2014	31/12/2013
Até 3 meses	123.199.000	128.976.197
De 3 meses a 1 ano	252.921.000	236.238.000
De 1 ano a 5 anos	397.341.000	410.616.000
Mais de 5 anos	28.006.000	30.401.000
TOTAL	801.467.000	806.231.197

Nota 15 – Recursos de clientes e Outros Empréstimos

Esta rubrica apresentava a seguinte estrutura a 31 de Dezembro de 2014 e de 2013:

	valores em EUR	
	31/12/2014	31/12/2013
Recursos de Clientes e Outros Recursos		
Cauções em contratos de aluguer e outros	3.111.757	3.059.936
TOTAL	3.111.757	3.059.936

A decomposição dos recursos de Clientes por prazos residuais é como se segue:

	valores em EUR	
	31/12/2014	31/12/2013
Até 3 meses	140.994	83.621
De 3 meses a 1 ano	370.616	332.819
De 1 ano a 5 anos	1.591.067	2.124.083
Mais de 5 anos	1.009.080	519.413
TOTAL	3.111.757	3.059.936

Esta rubrica é composta por cauções de clientes.

Nota 16 – Outros Passivos

Em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013, esta rubrica apresentava as seguintes componentes:

	valores em EUR	
	31/12/2014	31/12/2013
Credores diversos		
Pagamentos a parceiros em curso de apresentação bancária	1.512.182	841.383
Credores diversos - Clientes	12.887.766	11.540.141
Credores diversos - Seguradoras	2.061.437	2.155.473
Fornecedores Leasing/ALD	13.957	38.929
Credores diversos - Angariadores	2.200.640	1.621.446
Fornecedores diversos	1.243.335	3.964.460
Outros	257	6.707
SUB-TOTAL	19.919.574	20.168.539
Sector Público Administrativo		
Imposto de selo	768.462	772.488
Retenção de impostos na fonte	288.656	239.105
Contribuições para a Seg. Social	324.143	305.217
IVA a pagar	488.391	513.254
Restantes Impostos	422	-
SUB-TOTAL	1.870.074	1.830.064
Encargos a pagar		
por Gastos com o pessoal	3.290.025	3.426.035
Comissões a pagar	6.206.788	5.205.035
Publicidade a pagar	645.626	560.057
Por custos comerciais	46.928	51.508
Outros custos a pagar	11.797.752	4.246.926
SUB-TOTAL	21.987.119	13.489.561
Receitas c/ rendimento diferido		
comissões de seguro	43.273	95.776
SUB-TOTAL	43.273	95.776
Outras contas de regularização		
	333.847	227.912
TOTAL	44.153.887	35.811.852

Com referência a 31 de Dezembro de 2014 e de 2013, a rubrica "Pagamentos a parceiros em curso de apresentação bancária" regista movimentos de passagem associados a transações de tesouraria regularizados nos dias seguintes.

A rubrica "Credores Diversos - clientes" corresponde a saldos credores originados por pagamentos antecipados ou pagamentos em duplicado por parte de clientes.

A rubrica "Credores Diversos - seguradoras" compreende, essencialmente, os prémios cobrados, referentes ao mês de apresentação, a pagar às companhias de seguros.

A rubrica "Fornecedores Diversos" diz respeito à faturação de fornecimentos e serviços de terceiros.

A rubrica "Imposto de selo" refere-se ao imposto a pagar referente ao mês de Dezembro decorrente, essencialmente, de operações de crédito.

Os valores de "Retenção de imposto na fonte" decorrem do processamento de remunerações e honorários do mês de Dezembro.

O valor das "Contribuições para a Segurança Social" decorre igualmente do processamento de remunerações relativo ao mês de Dezembro.

O valor de "IVA a pagar" respeita aos montante apurados nos meses de Novembro e Dezembro de 2014, a pagar em Janeiro e Fevereiro de 2015.

O valor de "Encargos a pagar por Gastos com o pessoal" corresponde à estimativa de encargos

com férias, subsídio de férias, a liquidar em 2015, relativamente a direitos dos colaboradores adquiridos em 2014 e à estimativa de prémio de produtividade atribuída a colaboradores a liquidar no início do ano seguinte.

O valor de "Comissões a pagar" corresponde a incentivos a pagar a parceiros comerciais pela angariação de contratos de crédito.

O valor de "Publicidade a pagar" corresponde à utilização de meios publicitários referentes ao mês de Dezembro.

O valor de "Outros custos a pagar" corresponde, na sua maior parte, aos valores ainda não pagos relativos a serviços diversos prestados por terceiros. A variação desta rubrica face a 2013, justifica-se pela inclusão do reconhecimento de uma responsabilidade 7,5 milhões de euros relacionada com a potencial contribuição extraordinária para o Fundo de Resolução, sobre o processo de venda do BES, atualmente designado "Novo Banco", que se encontra a decorrer, conforme comunicado divulgado pelo Banco de Portugal em 31 de Dezembro de 2014.

Nota 17 – Capital Social, Outras Reservas e Resultados

Transitados

O capital de Euros 45.661.800 representado por 9.132.360 ações de valor nominal de 5 Euros cada, encontra-se totalmente subscrito e realizado.

Em 2014 foram distribuídos dividendos aos acionistas no montante de 28 767 milhares de

euros (durante 2013 foram distribuídos 32 876 milhares de euros).

Os acionistas do Banco a 31 de Dezembro de 2014 e de 2013 são os seguintes:

	valores em EUR			
	31/12/2014		31/12/2013	
	Nº Acções	% Capital	Nº Acções	% Capital
BNP Paribas Personal Finance (França)	9.132.356	99,99996%	9.132.356	99,99996%
BNP Paribas (França)	1	0,00001%	1	0,00001%
Cetelem Expansion (França)	1	0,00001%	1	0,00001%
Cofica Bail (França)	1	0,00001%	1	0,00001%
Leval 3 (França)	1	0,00001%	1	0,00001%
TOTAL	9.132.360		9.132.360	100,00000%

Nota 18 – Juros e Rendimentos Similares

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica é composta por:

	valores em EUR	
	31/12/2014	31/12/2013
Juros de crédito concedido	99.301.500	111.175.744
Juros de disponibilidades - D. O	7.834	32
Juros de aplicações em instituições de crédito	364	266
Juros indemnizatórios - AT	-	43.503
Comissões - Despesas de contrato	4.552.379	5.455.972
TOTAL	103.862.077	116.675.517

O valor das Comissões debitadas a clientes a título de Despesas de Formalização ocorre no momento da concessão de crédito, sendo reconhecidas em resultados na proporção de reconhecimento dos respectivos juros.

Nota 19 – Juros e Encargos Similares

Em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013, esta rubrica é composta por:

	valores em EUR	
	31/12/2014	31/12/2013
Juros de instituições de crédito no país		
Juros de empréstimos MLP	-	-
Juros de empréstimos CP	4.823	4.323
Juros de empréstimos D.O.	-	503
SUB-TOTAL	4.823	4.825
Juros de instituições de crédito no estrangeiro		
Juros de empréstimos CP	459.748	384.710
Juros de empréstimos MLP	17.015.356	20.976.370
SUB-TOTAL	17.475.103	21.361.080
Juros de derivados de cobertura	-	58.515
Outros juros	3.924	4.473
Encargos com Comissões s/ Operações Crédito	16.241.102	15.884.557
TOTAL	33.724.952	37.313.450

O saldo de juros de instituições de crédito no estrangeiro corresponde exclusivamente a juros de empréstimos contraídos junto do BNP Paribas em França.

O valor dos Encargos com Comissões s/ Operações de Crédito regista o valor de remuneração liquidado a parceiros de negócio a título de intermediação na

angariação de contratos de crédito, encontrando-se esta rubrica reconhecida em resultados em função da duração dos respectivos créditos.

Os derivados são mensurados ao justo valor, sendo as alterações no seu valor reconhecidas através de resultados.

Nota 20 – Rendimentos de serviços e Comissões

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica é composta por:

	valores em EUR	
	31/12/2014	31/12/2013
Comissões por:		
Angariação de seguros	13.167.217	13.256.938
Gestão de cartões - crédito	5.665.135	4.975.550
Anuidades - cartão de crédito	1.121.153	1.151.492
Gestão de cartões - fidelização	1.120.238	674.427
Mastercard	1.731.686	1.292.928
Outras comissões	12.859	28.294
TOTAL	22.818.288	21.379.629

A rubrica de comissões "Por angariação de seguros" refere-se a comissões recebidas como contrapartida da angariação de contratos de seguro associados aos contratos de crédito.

A rubrica "Gestão de cartões - crédito" refere-se, designadamente, às comissões recebidas de parceiros de negócio pela concessão de crédito sem juros dentro dos cartões de crédito das insígnias.

A rubrica de "Anuidades" refere-se à cobrança de anuidades dos cartões de crédito.

A rubrica "Gestão de cartões - fidelização" refere-se, designadamente, às comissões recebidas de parceiros de negócio pela gestão da fidelização associada aos cartões das insígnias.

A rubrica "Mastercard" refere-se a comissões recebidas pela utilização de cartões associados a esta Rede.

A rubrica de "Outras comissões" corresponde a comissões por antecipação de financiamentos a angariadores de crédito.

Nota 21 – Encargos com Serviços e Comissões

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica é composta por:

	valores em EUR	
	31/12/2014	31/12/2013
Comissões por:		
Serviços bancários	1.001.488	1.616.440
Outras comissões	-	-
TOTAL	1.001.488	1.616.440

A rubrica "serviços bancários" integra principalmente os débitos bancários relacionados com cobranças de mensalidades de crédito concedido.

Nota 22 – Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados (líquido)

As referidas rubricas, com referência a 31 de Dezembro de 2014 e 2013, são detalhadas como segue:

	valores em EUR	
	31/12/2014	31/12/2013
Rendimentos		
Ganhos em derivados de cobertura (swaps)	-	108.360
SUB-TOTAL	-	108.360
Gastos		
Perdas em derivados de cobertura (swaps)	-	108.360
SUB-TOTAL	-	108.360
TOTAL	-	-

Nota 23 – Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda (líquido)

As referidas rubricas, com referência a 31 de Dezembro de 2014 e 2013, são detalhadas como segue:

	valores em EUR	
	31/12/2014	31/12/2013
Rendimentos		
Ganhos em instrumentos de capital	-	574.950
SUB-TOTAL	-	574.950
Gastos		
Perdas em activos financeiros disponíveis para venda	-	-
SUB-TOTAL	-	-
TOTAL	-	574.950

Os ganhos em instrumentos de capital a 31 de Dezembro de 2013 referem-se a alienação da participação junto da entidade EFFICO - Gestão de Clientes e Recuperação de Ativos, S.A

Nota 24 – Resultados Reavaliação Cambial (Líquido)

As referidas rubricas, com referência a 31 de Dezembro de 2014 e de 2013, são detalhadas como segue:

	valores em EUR	
	31/12/2014	31/12/2013
Rendimentos		
Ganhos em diferenças cambiais	-	24
SUB-TOTAL	-	24
Gastos		
Perdas em diferenças cambiais	93	512
SUB-TOTAL	93	512
TOTAL	(93)	(488)

Nota 25 – Resultados de Alienação de Outros Ativos

As referidas rubricas, com referência a 31 de Dezembro de 2014 e 2013, são detalhadas como segue:

	valores em EUR	
	31/12/2014	31/12/2013
Rendimentos		
Alienação de carteira de clientes	24.061.966	2.506.141
Ganhos na alienação de activos não correntes detidos para venda	60.148	93.620
Mais-valias na venda de activos fixos tangíveis	1.674	1.154
SUB-TOTAL	24.123.788	2.600.915
Gastos		
Perdas na alienação de activos não correntes detidos para venda	493.795	894.976
Menos-valias na venda de activos fixos tangíveis	327	-
SUB-TOTAL	494.122	894.976
TOTAL	23.629.666	1.705.939

O resultado desta rubrica refere-se principalmente à alienação de uma carteira duvidosa a uma entidade externa.

Nota 26 – Outros Resultados de Exploração

As referidas rubricas, com referência a 31 de Dezembro de 2014 e 2013, são detalhadas como segue:

	valores em EUR	
	31/12/2014	31/12/2013
Rendimentos		
Outros rendimentos associados à gestão de dossiers	13.238.698	16.362.230
Recuperação de créditos incobráveis	2.394.043	3.132.467
Recuperação de juros e despesas de crédito vencido	1.088.786	1.479.443
Outros Serviços Prestados	7.886	85.573
Outros rendimentos	-	-
SUB-TOTAL	16.729.413	21.059.713
Gastos		
Outros impostos		
Impostos indirectos	157.931	19.905
Impostos directos	1.161	1.460
Quotizações e Donativos	18.214	17.759
Fundo de Garantia de Depósitos	17.500	17.500
Fundo de Resolução	7.633.841	203.578
Outros gastos	303.340	265.740
SUB-TOTAL	8.131.987	525.942
TOTAL	8.597.426	20.533.771

A rubrica “Outros rendimentos associados à gestão de dossiers” compreende a comissão de processamento de prestação em atraso nos pagamentos e de reembolso antecipado dos créditos. Esta rubrica inclui igualmente outras comissões relacionadas com a atividade de concessão de crédito.

A rubrica “Recuperação de créditos incobráveis” regista a recuperação de valores relativa aos créditos que haviam sido considerados irrecuperáveis, na sequência das operações de Write-off efetuadas.

A rubrica “Outros Serviços Prestados” compreende essencialmente a faturação a outras empresas do grupo de prestações de serviços diversos.

A rubrica “Impostos indirectos” diz respeito, maioritariamente, a Imposto do Selo sobre Livranças. A rubrica “Fundo de Resolução”, incorpora uma estimativa de perda de 7,5 milhões de euros relacionada com a potencial contribuição extraordinária para o Fundo de Resolução, sobre o processo BES.

Esta estimativa, foi calculada tendo por base uma perda potencial estimada de aproximadamente 35% face ao valor de resgate de 4,9 Mil milhões de euros realizado pelo Fundo de Resolução, e como pressuposto de uma percentagem de participação do Banco de 0,47% no cômputo geral do sistema bancário.

Nota 27 – Custos com o Pessoal

Em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013, esta rubrica é composta por:

	valores em EUR					
	31/12/2014			31/12/2013		
	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Total	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Total
Salários e vencimentos						
Remunerações dos órgãos de gestão						
Conselho Fiscal						
Carlos Alberto Domingues Ferraz	11.574	-	11.574	10.010	-	10.010
Amadeu da Conceição Moreira Rodrigues Cambão	5.012	-	5.012	5.012	-	5.012
Administradores						
Susana Isabel Ribeiro da Silva Godinho A. Ferreira	52.140	17.000	69.140	78.382	15.000	93.382
Serge Leon Maurice Le Bolès	184.495	45.000	229.495	166.262	39.000	205.262
Comité Executivo/ de Direção	1.091.968	218.500	1.310.468	966.430	201.688	1.168.118
Compliance	92.963	11.282	104.245	93.555	10.336	103.891
Gestão de riscos	79.520	8.938	88.458	76.610	7.965	84.575
Auditoria Interna	45.946	5.000	50.946	10.380	9.000	19.380
Remunerações dos restantes colaboradores	11.386.041	875.416	12.261.457	11.533.220	790.005	12.323.225
SUB-TOTAL	12.949.659	1.181.136	14.130.795	12.939.862	1.072.994	14.012.856
Encargos sociais obrigatórios						
Segurança Social	2.982.487	-	2.982.487	2.956.584	-	2.956.584
Outros encargos	160	-	160	2	-	2
SUB-TOTAL	2.982.647	-	2.982.647	2.956.585	-	2.956.585
Outros custos com o pessoal						
Seguros de saúde e de vida	421.630	-	421.630	426.548	-	426.548
Outros	466.119	-	466.119	537.519	-	537.519
SUB-TOTAL	887.749	-	887.749	964.067	-	964.067
TOTAL DE CUSTOS COM PESSOAL	16.820.055	1.181.136	18.001.191	16.860.515	1.072.994	17.933.509

O efetivo médio de colaboradores ventilado por categorias profissionais distribui-se da seguinte forma:

	31/12/2014	31/12/2013
Funções de Direcção	16	14
Funções Técnicas e Especializadas	534	554
Funções Administrativas	8	10
	558	578

Admissões de Colaboradores de acordo com a definição do art.º 2º do Aviso do Banco de Portugal nº10/2011

	31/12/2014	31/12/2013
Conselho Fiscal	-	-
Administradores	-	-
Comité Executivo/ de Direcção	2	-
Compliance	-	-
	2	-

Demissões de Colaboradores de acordo com a definição do art.º 2º do Aviso do Banco de Portugal nº10/201.

	31/12/2014		31/12/2013	
	Nº Colaboradores	Valor indemnização	Nº Colaboradores	Valor indemnização
Conselho Fiscal	-	-	-	-
Administradores	-	-	-	-
Comité Executivo/ de Direcção	-	-	-	-
Compliance	-	-	-	-
	-	-	-	-

Nota 28 – Gastos Gerais Administrativos

Em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013, esta rubrica é composta por:

	valores em EUR	
	31/12/2014	31/12/2013
Fornecimentos de terceiros		
Água, energia e combustíveis	556.386	604.675
Impressos e material de consumo corrente	1.090.150	914.571
Outros fornecimentos de terceiros	55.615	62.808
SUB-TOTAL	1.702.151	1.582.054
Serviços de terceiros		
Rendas e alugueres	2.617.844	2.673.154
Comunicações e despesas de expedição	5.839.552	5.528.442
Deslocações, estadas e representação	839.513	624.459
Publicidade	3.974.356	2.765.449
Conservação e reparação	2.234.355	1.932.381
Transporte valores	39.731	61.046
Formação de pessoal	355.453	326.178
Seguros	180.694	181.839
Avenças e Honorários	2.981.528	4.092.648
Contencioso e Notariado	833.440	1.263.376
Subcontratação informática	2.198.474	2.273.236
Limpeza instalações	89.794	97.923
Informações comerciais	573.209	673.153
Serviços de impressão gráfica	385.400	337.109
Subcontratação de pessoal	323.561	591.167
Serviços especializados de cobrança	19.029	44.056
Outros serviços especializados	1.897.644	4.104.020
Outros serviços de terceiros	21.287	34.044
SUB-TOTAL	25.404.864	27.603.680
TOTAL	27.107.015	29.185.734

Destacam-se as seguintes rubricas, com valores mais significativos:

i) A rubrica “Comunicações e despesas de expedição” compreende cerca de 4 137 mil euros (2013: 3 395 mil euros) de custos com correio e os restantes cerca de 1 703 mil euros de custos com comunicações;

ii) A rubrica “Publicidade” integra, nomeadamente, custos com ações promocionais e material publicitário;

iii) A rubrica “Avenças e Honorários” compreende, essencialmente, prestações de serviços de advogados e agentes de execução, a maior parte delas relacionadas com a recuperação judicial dos créditos em contencioso;

iv) A rubrica “Subcontratação informática” regista, essencialmente, custos com a utilização de meios informáticos;

v) A rubrica “Informações comerciais” regista os custos com consultas de bases de dados da Credinformações e do Banco de Portugal;

vi) A rubrica "Serviços de impressão gráfica" inclui, essencialmente, valores referentes a impressão e envelopagem de mailings;

vii) A rubrica "Outros serviços especializados" inclui, essencialmente, serviços de gestão de crédito, serviços de cobrança presencial e serviços de Outsourcing.

Nota 29 – Compromissos Extrapatrimoniais

Em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013 estão registados os seguintes saldos relativos a contas extrapatrimoniais:

	valores em EUR	
	31/12/2014	31/12/2013
Compromissos perante terceiros		
Compromissos revogáveis	732.369.026	591.426.904
SUB-TOTAL	732.369.026	591.426.904
Compromissos assumidos por terceiros		
Linhas de crédito irrevogáveis	30.300.000	18.978.803
Refinanciamento contratado	47.750.000	41.420.000
SUB-TOTAL	78.050.000	60.398.803
TOTAL	810.419.026	651.825.707

Os compromissos revogáveis perante terceiros, representam o montante disponível de crédito não utilizado, sobre as linhas de financiamento contratualizadas com os clientes.

As linhas de crédito irrevogáveis refletem os plafonds contratualizados com instituições

bancárias que não se encontram utilizadas pelo banco BNP Paribas Personal Finance S.A..

O refinanciamento contratado refere-se aos montantes de financiamento contratualizados com o Grupo para utilização no mês seguinte.

Nota 30 – Transações com Partes Relacionadas

Resumem-se como se segue os saldos, relativos às transações verificadas com partes relacionadas:

Balança	valores em EUR	
	31/12/2014	31/12/2013
Activos		
Disponibilidades em outras instituições de crédito		
BNP Sucursal Lisboa	2.667.261	582.758
Outros activos		
Cardif	4.308.750	3.244.429
Cetelem CR, a.s	9.971	2.783
BNP Paribas Personal Finance, S.A.	10.989	6.372
TOTAL ACTIVOS	6.996.971	3.836.341
Passivos		
Empréstimos		
BNP Paribas Sucursal Lisboa - Empréstimos	-	11.200.000
BNP Paribas, S.A.	801.467.000	794.910.000
Juros a pagar		
BNP Paribas Sucursal Lisboa - Empréstimos	-	174
BNP Paribas, S.A.	1.319.001	1.645.947
Outros Passivos		
Arval Service Lease, S.A.	73.156	2.644
Cardif	1.960.131	2.045.317
BNP Paribas Personal Finance, S.A.	-	-
BNP Sucursal Lisboa	-	255
TOTAL PASSIVOS	804.819.288	809.804.338
Extrapatrimoniais		
Linhas de crédito		
BNP Paribas	47.750.000	41.420.000
TOTAL EXTRAPATRIMONIAIS	47.750.000	41.420.000

(Continuação na próxima página)

Demonstração de Rendimentos	valores em EUR	
	31/12/2014	31/12/2013
Rendimentos		
Juros e proveitos equiparados		
BNP Paribas Sucursal Lisboa - Juros Depósitos à ordem	7.825	28
BNP Paribas - instrumentos financeiros derivados	-	58.515
Seguros		
Cardif	12.320.834	11.735.222
Outros serviços prestados		
BNP Paribas Securities Services		21.102
Cetelem CR, a.s	43.368	2.783
BNP Paribas Personal Finance	41.051	58.256
BNP Lease Group PT	-	50.292
BNP Paribas Factor	-	62.194
BNP Paribas Cardif ACE	37.625	9.996
TOTAL RENDIMENTOS	12.450.703	11.998.388
Gastos		
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados		
BNP Paribas - derivados		-
Juros e encargos equiparados		
BNP Paribas - empréstimos	17.474.653	21.361.080
BNP Paribas - instrumentos financeiros derivados	-	58.515
BNP Paribas Sucursal Lisboa - Juros D.O.	1.522	503
BNP Paribas Sucursal Lisboa - Juros Empréstimos	3.301	4.323
BNP Paribas Personal Finance, S.A. - Empréstimos subordinados		
Outras Comissões Pagas		
BNP Paribas Sucursal Lisboa	17.506	31.114
Custos Informáticos/ Outros		
BNP Paribas Net Ltd	87.751	95.599
BNP Paribas Personal Finance	872.447	1.071.019
BNP Paribas Procurement Tech	259.744	253.652
Laser Symag, S.A.	166.800	242.573
Gastos Gerais Administrativos		
BNP Paribas Sucursal Lisboa	13.730	13.903
BNP Paribas Personal Finance	218.392	324.993
BNP Lease Group PT	11.562	76.778
BNPP Wealth Management	12.115	-
BNPP Securities Services	13.611	
Arval Service Lease, S.A.	821.461	831.720
TOTAL GASTOS	19.974.595	24.365.773

A totalidade do financiamento externo é efetuado junto do BNP Paribas, pelo que a rubrica "Juros e encargos equiparados", é essencialmente constituída pelos juros destas operações.

Da mesma forma, a quase totalidade da gestão de seguros encontra-se a cargo da Cardif (constituída pelas entidades Cardif Vie e Cardif - Risques Divers), pelo que a rubrica "Comissões - por angariação de Seguros" é essencialmente constituída pelas comissões pagas por essas entidades.

A gestão da frota automóvel do Banco BNP Paribas Personal Finance encontra-se igualmente a cargo de uma entidade do Grupo, a Arval Service Lease, S.A., por cujos serviços faturou cerca de 821 milhares euros.

Os custos de utilização de meios e serviços informáticos, debitados pela casa-mãe, em França, e pela LaSer (entidade relacionada) ascenderam a cerca de 1 039 mil Euros.

Nota 31 – Prestação do serviço de mediação de seguros ou de resseguros

Em conformidade com o artº 4º do capítulo III da Norma regulamentar nº 15/2009 de 30 de Dezembro emitida pelo Instituto de Seguros de Portugal, com o título "Relato Financeiro dos mediadores de Seguros ou de Resseguros", o Banco apresenta a informação detalhada pelas seguintes rubricas:

Políticas contabilísticas

Conforme descrito no ponto 2.7 das notas anexas, o reconhecimento de rendimentos relativos à atividade de mediação de seguros respeita o regime contabilístico do acréscimo.

De acordo com este regime, os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos aquando da sua ocorrência e não aquando do seu recebimento ou pagamento, sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras nos períodos com os quais se relacionam.

O reconhecimento do crédito, conforme disposto na IAS 18, é assegurado pelo recurso a estimativas de rendimentos, nos casos em que o seu apuramento não se encontre faturado.

Remunerações relativas a Contratos de Seguros

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, as remunerações provenientes da atividade de seguros apresentam os seguintes valores, desagregadas entre atividade do ramo vida e não vida:

	valores em EUR	
	31/12/2014	31/12/2013
RAMO VIDA		
Cardif - Assurance Vie	10.395.986	9.056.756
Companhia Seguros Açoreana, S.A.	298.534	725.284
Card Protection Plan,Sucursal	60.654	83.789
SUB-TOTAL	10.755.174	9.865.829
RAMO NÃO VIDA		
Cardif-Assurances Risques Divers	1.925.172	2.678.903
Card Protection Plan,Sucursal	46.999	62.625
ALICO - AIG LIFE	225.003	351.294
GE Financial Assurance	214.869	298.287
SUB-TOTAL	2.412.043	3.391.109
TOTAL	13.167.217	13.256.938

Todas as remunerações recebidas têm a natureza de numerário e, quanto à sua tipologia, são classificadas como comissões.

pelos rácios de rendimentos totais da seguradora sobre o valor total de rendimentos de seguros reconhecidos pelo Banco.

Níveis de concentração de empresas de seguros

A seguradora CARDIF, enquanto companhia de seguros do Grupo, apresenta em 2014 um nível de concentração de 94% (89% em 2013), determinado

Valores das contas de clientes e volume de prémios

O valor de prémios cobrados por conta das sociedades de seguros ascendeu em 2014 e 2013 aos seguintes valores:

	valores em EUR	
	31/12/2014	31/12/2013
Cardif - Assurance Vie	9.333.053	10.591.055
Cardif-Assurances Risques Divers	6.838.952	6.606.864
Companhia Seguros Açoreana, S.A.	740	1.088
Card Protection Plan,Sucursal	246.587	198.937
ALICO - AIG LIFE	966.595	1.477.770
GE Financial Assurance	461.366	716.723
TOTAL	17.847.293	19.592.437

As contas correntes de clientes não apresentavam saldo no final de cada período.

Valores em contas a pagar - sociedades de seguros

Em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013, os saldos das contas correntes das sociedades de seguros apresentam os seguintes valores a pagar/ (receber):

	31/12/2014	31/12/2013
Cardif - Assurance Vie	1.341.840	1.377.811
Cardif-Assurances Risques Dive	575.074	667.016
ALICO - AIG LIFE	71.708	(214)
Card Protection Plan,Sucursal	9.559	(5.180)
GE Financial Assurance	63.226	98.288
TOTAL	2.061.406	2.137.720

Restantes Informações previstas no DR 15/2009

É entendimento do Banco que as restantes divulgações previstas no decreto-regulamentar 15/2009 não são aplicáveis a esta instituição.

Nota 32 – Divulgação de informação requerida pela Carta Circular nº 2/2014 DSP do Banco de Portugal

Em conformidade com o definido no ponto 4 do Anexo 1 da Carta Circular nº2/2014 DSP divulgada pelo Banco de Portugal, com o título "Critérios de referência - Mensuração da imparidade da carteira de crédito e respetivas divulgações, o Banco apresenta a informação requerida:

a) Detalhe das exposições e imparidade constituída:

A.1)

Segmento	Exposição a 31.12.2013						Imparidade 31.12.2013		
	Exposição Total	Crédito em cumprimento	Do qual curado	Do qual reestruturado	Crédito em incumprimento	Do qual reestruturado	Imparidade Total	Crédito em cumprimento	Crédito em incumprimento
Corporate	116.612.537	94.618.515			21.994.022		15.987.724	-	15.987.724
Retail - Empresas	95.821.971	75.993.442			19.828.529		11.183.514		11.183.514
Concours Financiers	20.790.566	18.625.073			2.165.493		4.804.210	-	4.804.210
Construção e CRE									
Habitação	1.511.625	1.445.794	-	-	65.831	-	71.195	-	71.195
Particulares - Carteira Sã	753.583.334	753.583.334	-	23.896.143	-	-	7.782.750	7.782.750	-
Particulares - com indícios de imparidade	266.994.055	49.499.070	-	-	217.494.986	16.426.538	157.160.756	18.580.210	138.580.546
TOTAL	1.138.701.552	899.146.713	-	23.896.143	239.554.839	16.426.538	181.002.425	26.362.960	154.639.465

Segmento	Exposição a 31.12.2014						Imparidade 31.12.2014		
	Exposição Total	Crédito em cumprimento	Do qual curado	Do qual reestruturado	Crédito em incumprimento	Do qual reestruturado	Imparidade Total	Crédito em cumprimento	Crédito em incumprimento
Corporate	120.770.692	98.596.956			22.173.737		14.140.161	-	14.140.161
Retail - Empresas	90.706.572	74.576.907			16.129.666		8.573.732	-	8.573.732
Concours Financiers	30.064.120	24.020.049			6.044.071		5.566.429	-	5.566.429
Construção e CRE									
Habitação	1.283.308	1.216.728	-	-	66.579	-	77.388	12.167	65.221
Particulares - Carteira Sã	789.962.252	789.962.252	-	23.133.103	-	-	8.248.776	8.248.776	-
Particulares - com indícios de imparidade	168.095.422	30.892.861	-	-	137.202.562	12.559.779	84.337.508	11.541.464	72.796.044
TOTAL (*)	1.080.111.674	920.668.797	-	23.133.103	159.442.877	12.559.779	106.803.833	19.802.407	87.001.426

(*) A variação existente entre 2013 e 2014 ao nível da exposição total e do stock de imparidade é explicado pelo efeito excecional de venda de carteira.

A.2)

Segmento	Da Exposição Total a 31.12.2013						Da Imparidade Total a 31.12.2013				
	Exposição Total 31.12.2013	Crédito em cumprimento			Crédito em incumprimento		Imparidade Total 31.12.2013	Crédito em cumprimento		Crédito em incumprimento	
		Sem indícios	Com indícios	Sub-Total	Dias de atraso <= 90 *	Dias de atraso > 90 dias		Dias de atraso <30	Dias de atraso entre 30-90	Dias de atraso <=90 *	Dias de atraso > 90 dias
Corporate	116.612.537	94.618.515		94.618.515	5.061.859	16.932.163	15.987.724	-	-	545.107	15.442.617
Retail - Empresas	95.821.971	75.993.442		75.993.442	5.021.172	14.807.357	11.183.514	-	-	545.107	10.638.407
Concours Financiers	20.790.566	18.625.073		18.625.073	40.687	2.124.806	4.804.210				4.804.210
Construção e CRE											
Habitação	1.511.625	1.445.794	-	1.445.794	239.554.839	65.831	71.195	14.458	-	-	56.737
Particulares - Carteira Sã	753.583.334	740.976.723	12.606.611	753.583.334	-	-	7.782.750	7.782.750	-	-	-
Particulares - com indícios de imparidade	266.994.055	21.403.653	28.095.417	49.499.070	38.080.285	179.414.701	157.160.756	18.580.210	-	13.423.888	125.156.658
TOTAL (*)	1.138.701.552	858.444.684	40.702.029	899.146.713	43.142.143	196.412.696	181.002.425	26.377.418	-	13.968.995	140.656.012

* Crédito com prestação de capital ou juros vencidos há menos de 90 dias, mas sobre o qual existam evidências que justifiquem a sua classificação como crédito em risco, designadamente falência, liquidação do devedor, entre outros.

Segmento	Da Exposição Total a 31.12.2014						Da Imparidade Total a 31.12.2014				
	Exposição Total 31.12.2014	Crédito em cumprimento			Crédito em incumprimento		Imparidade Total 31.12.2014	Crédito em cumprimento		Crédito em incumprimento	
		Sem indícios	Com indícios	Sub-Total	Dias de atraso <= 90 *	Dias de atraso > 90 dias		Dias de atraso <30	Dias de atraso entre 30-90	Dias de atraso <=90 *	Dias de atraso > 90 dias
Corporate	120.770.692	98.596.956		98.596.956	4.635.110	17.538.627	14.140.161	-	-	463.746	13.676.415
Retail - Empresas	90.706.572	74.576.907		74.576.907	4.635.110	11.494.556	8.573.732	-	-	463.746	8.109.986
Concours Financiers	30.064.120	24.020.049		24.020.049		6.044.071	5.566.429				5.566.429
Construção e CRE											
Habitação	1.283.308	1.216.728	-	1.216.728	-	66.579	77.388	12.167	-	-	65.221
Particulares - Carteira Sã	789.962.252	755.291.874	34.670.378	789.962.252	-	-	8.248.776	8.248.776	-	-	-
Particulares - com indícios de imparidade	168.095.422	20.363.923	10.528.938	30.892.861	29.519.379	107.683.182	84.337.508	11.541.464	-	7.365.058	65.430.987
TOTAL (*)	1.080.111.674	875.469.480	45.199.316	920.668.797	34.154.489	125.288.388	106.803.833	19.802.407	-	7.828.804	79.172.622

* Crédito com prestação de capital ou juros vencidos há menos de 90 dias, mas sobre o qual existam evidências que justifiquem a sua classificação como crédito em risco, designadamente falência, liquidação do devedor, entre outros.

b) Detalhe da carteira de crédito por segmento e por ano de produção

Ano de produção	Corporate (**)			Construção e CRE			Habitação			Particulares		
	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída
2004 e anteriores	307	1.505.144	752.160				34	1.283.308	77.388	29.793	44.178.744	10.643.054
2005	125	1.083.575	608.950							14.094	19.382.434	5.328.091
2006	145	1.753.435	1.034.159							47.485	35.681.515	8.424.852
2007	154	2.951.038	1.969.758							55.524	47.631.223	13.947.488
2008	173	4.274.219	2.672.647							54.851	48.329.292	12.333.636
2009	182	3.912.861	1.658.119							45.238	43.337.930	7.855.344
2010	234	8.182.049	1.806.063							51.937	73.341.379	7.217.631
2011	252	14.541.429	1.638.131							56.139	92.062.613	7.677.390
2012	236	16.113.933	908.452							79.129	108.166.064	7.291.868
2013	243	27.164.701	730.560							111.557	146.058.676	7.560.163
2014	247	39.288.307	361.162							255.873	299.887.804	4.306.769
TOTAL	2.298	120.770.692	14.140.161				34	1.283.308	77.388	801.620	958.057.674	92.586.285

* O detalhe da carteira de crédito por ano de produção só é possível para crédito a particulares.

c) Detalhe do valor de exposição bruta de crédito e imparidade avaliada individualmente e coletivamente, por segmento, sector, geografia.

C.1) Por segmento:

	31/12/2013									
	Corporate		Construção e CRE		Habitação		Particulares + Carteira Sã		Total	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Avaliação										
Individual	20.790.566	4.804.210							20.790.566	4.804.210
Colectiva	95.821.971	11.183.514			1.511.625	71.195	1.020.577.390	164.943.506	1.117.910.986	176.198.215
TOTAL	116.612.537	15.987.724	-	-	1.511.625	71.195	1.020.577.390	164.943.506	1.138.701.552	181.002.425

	31/12/2014									
	Corporate		Construção e CRE		Habitação		Particulares + Carteira Sã		Total	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Avaliação										
Individual	30.064.120	5.566.429							30.064.120	5.566.429
Colectiva	90.706.572	8.573.732			1.283.308	77.388	958.057.674	92.586.285	1 050.047.554	101.237.404
TOTAL	120.770.692	14.140.161	-	-	1.283.308	77.388	958.057.674	92.586.285	1 080.111.674	106.803.833

C.2) Por sector de atividade:

	31/12/2013									
	Corporate		Construção e CRE		Habitação		Particulares + Carteira Sã		Total	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Avaliação										
Individual	20.790.566	4.804.210							20.790.566	4.804.210
Colectiva	95.821.971	11.183.514			1.511.625	71.195	1.020.577.390	164.943.506	1.117.910.986	176.198.215
TOTAL	116.612.537	15.987.724	-	-	1.511.625	71.195	1.020.577.390	164.943.506	1.138.701.552	181.002.425

	31/12/2014									
	Corporate		Construção e CRE		Habitação		Particulares + Carteira Sã		Total	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Avaliação										
Individual	30.064.120	5.566.429							30.064.120	5.566.429
Colectiva	90.706.572	8.573.732			1.283.308	77.388	958.057.674	92.586.285	1.050.047.554	101.237.404
TOTAL	120.770.692	14.140.161	-	-	1.283.308	77.388	958.057.674	92.586.285	1.080.111.674	106.803.833

C.3) Por geografia:

	31/12/2013									
	Portugal		Angola		Moçambique		(...)		Total	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Avaliação										
Individual	20.790.566	4.804.210							20.790.566	4.804.210
Colectiva	1.117.910.986	176.198.215							1.117.910.986	176.198.215
TOTAL	1.138.701.552	181.002.425	-	-	-	-	-	-	1.138.701.552	181.002.425

	31/12/2014									
	Portugal		Angola		Moçambique		(...)		Total	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Avaliação										
Individual	30.064.120	5.566.429							30.064.120	5.566.429
Colectiva	1.050.047.554	101.237.404							1.050.047.554	101.237.404
TOTAL	1.080.111.674	106.803.833	-	-	-	-	-	-	1.080.111.674	106.803.833

d) Detalhe da carteira de reestruturados por medida de reestruturação aplicada

Medida	2013								
	Crédito em cumprimento			Crédito em incumprimento			Total		
	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade
Extensão de prazo+Redução da taxa juro	4.175	24.335.986	12.270.679	2.533	15.986.694	8.920.821	6.708	40.322.680	21.191.500
TOTAL	4.175	24.335.986	12.270.679	2.533	15.986.694	8.920.821	6.708	40.322.680	21.191.500

Medida	2014								
	Crédito em cumprimento			Crédito em incumprimento			Total		
	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade
Extensão de prazo+Redução da taxa juro	4.703	23.349.308	10.031.489	2.151	12.343.575	6.004.393	6.854	35.692.883	16.035.882
TOTAL	4.703	23.349.308	10.031.489	2.151	12.343.575	6.004.393	6.854	35.692.883	16.035.882

e) Movimentos de entradas e saídas na carteira de crédito reestruturado

	31.12.2013	31.12.2014
Saldo inicial da carteira de reestruturados (bruto de imparidade)	34.990.319	40.322.680
Créditos reestruturados no período	13.854.090	7.446.041
Juros corridos da carteira reestruturada	-	-
Liquidação de créditos reestruturados (parcial ou total)	8.521.729	7.472.224
Créditos reclassificados de "reestruturado" para "normal"	-	-
Venda de Carteira Contencioso	-	4.603.615
SALDO FINAL DA CARTEIRA DE REESTRUTURADOS (BRUTO DE IMPARIDADE)	40.322.680	35.692.883

f) Detalhe do justo valor dos colaterais subjacentes à carteira de crédito dos segmentos de Corporate, Construção e Commercial Real Estate (CRE) e Habitação

	31/12/2013							
	Construção e CRE				Habitação			
	Imóveis		Outros Colaterais Reais *		Imóveis		Outros Colaterais Reais *	
	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante
Justo Valor								
< 0,5 M€								
>= 0,5 M€ e < 1 M€								
>= 1 M€ e < 5 M€								
>= 5 M€ e < 10 M€								
>= 10 M€ e < 20 M€								
>= 20 M€ e < 50 M€								
>= 50 M€								
TOTAL								

* Exemplo: Ações, obrigações, depósitos, bens materiais

	31/12/2014							
	Construção e CRE				Habitação			
	Imóveis		Outros Colaterais Reais *		Imóveis		Outros Colaterais Reais *	
	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante
Justo Valor								
< 0,5 M€								
>= 0,5 M€ e < 1 M€								
>= 1 M€ e < 5 M€								
>= 5 M€ e < 10 M€								
>= 10 M€ e < 20 M€								
>= 20 M€ e < 50 M€								
>= 50 M€								
TOTAL								

* Exemplo: Ações, obrigações, depósitos, bens materiais

g) Rácio LTV dos segmentos de Corporate, Construção e CRE e Habitação

Segmento / Rácio	31/12/2013			
	Número de imóveis	Crédito em Cumprimento	Crédito em incumprimento	Imparidade
Corporate				
Sem colateral associado	n.a			
< 60%				
>= 60% e < 80%				
>= 80% e < 100%				
>= 100%				
Construção e CRE				
Sem colateral associado	n.a			
< 60%				
>= 60% e < 80%				
>= 80% e < 100%				
>= 100%				
Habitação	n.a			
Sem colateral associado				
< 60%				
>= 60% e < 80%				
>= 80% e < 100%				
>= 100%				

Segmento / Rácio	31/12/2013			
	Número de imóveis	Crédito em Cumprimento	Crédito em incumprimento	Imparidade
Corporate				
Sem colateral associado	n.a			
< 60%				
>= 60% e < 80%				
>= 80% e < 100%				
>= 100%				
Construção e CRE				
Sem colateral associado	n.a			
< 60%				
>= 60% e < 80%				
>= 80% e < 100%				
>= 100%				
Habitação	n.a			
Sem colateral associado				
< 60%				
>= 60% e < 80%				
>= 80% e < 100%				
>= 100%				

h) Detalhe do justo valor e do valor líquido contabilístico dos imóveis recebidos em dação, por tipo de ativo e por antiguidade.

Ativo	31/12/2013		
	Número de imóveis	Justo valor do ativo	Valor contabilístico
Terreno			
Urbano			
Rural			
Edifícios em desenvolvimento			
Comerciais			
Habitação			
Outros			
Edifícios construídos			
Comerciais			
Habitação			
Outros			
Outros			
TOTAL	-	-	-

Ativo	31/12/2014		
	Número de imóveis	Justo valor do ativo	Valor contabilístico
Terreno			
Urbano			
Rural			
Edifícios em desenvolvimento			
Comerciais			
Habitação			
Outros			
Edifícios construídos			
Comerciais			
Habitação			
Outros			
Outros			
TOTAL	-	-	-

(Continuação na próxima página)

Tempo decorrido desde a dação / execução	< 1 ano	>= 1 ano e < 2,5 anos	>= 2,5 anos e < 5 anos	>= 5 anos	Total
Terreno					
Urbano					
Rural					
Edifícios em desenvolvimento					
Comerciais					
Habitação					
Outros					
Edifícios construídos					
Comerciais					
Habitação					
Outros					
Outros					
TOTAL					

i) Distribuição da carteira de crédito por graus de risco internos

Segmento	31/12/2013														
	GR Baixo				GR Médio						GR Elevado				
	aaa / 1	aa+ / 2	aa / 3	a / 4	bbb+ / 5	bbb / 6	bbb- / 7	bb+ / 8	bb / 9	bb- / 10	b / 11	ccc+ / 12	ccc / 13	ccc- / 14	ccc-- / 15
Habitação															
Construção e CRE															
Corporate															
Particulares	111.492.206	167.295.609	102.195.813	88.295.363	129.074.881	83.671.638	54.832.907	53.182.704	34.829.513	18.881.179	7.861.751	89.559	42.690.412	69.721.112	152.284.712
TOTAL	111.492.206	167.295.609	102.195.813	88.295.363	129.074.881	83.671.638	54.832.907	53.182.704	34.829.513	18.881.179	7.861.751	89.559	42.690.412	69.721.112	152.284.712

Segmento	31/12/2014														
	GR Baixo				GR Médio						GR Elevado				
	aaa / 1	aa+ / 2	aa / 3	a / 4	bbb+ / 5	bbb / 6	bbb- / 7	bb+ / 8	bb / 9	bb- / 10	b / 11	ccc+ / 12	ccc / 13	ccc- / 14	ccc-- / 15
Habitação															
Construção e CRE															
Corporate															
Particulares	106.033.626	106.102.344	72.091.584	106.592.891	120.540.747	111.553.003	72.053.112	76.638.851	47.272.917	29.659.535	20.238.383	146.246	29.204.910	58.733.324	91.902.774
TOTAL	106.033.626	106.102.344	72.091.584	106.592.891	120.540.747	111.553.003	72.053.112	76.638.851	47.272.917	29.659.535	20.238.383	146.246	29.204.910	58.733.324	91.902.774

* aaa/1: Melhor Perfil; ccc--/15: Pior Perfil

j) Divulgação dos parâmetros de risco associados ao modelo de imparidade por segmento

2013	Imparidade			
	PD (%)			LGD (%)
	< 30 dias sem indícios	< 30 dias com indícios	Entre 30 - 90 dias	
Segmentos				
Corporate				
Construção e CRE				
Habitação				
Particulares	1,3%	26,1%	39,3%	71,9%

2014	Imparidade			
	PD (%)			LGD (%)
	< 30 dias sem indícios	< 30 dias com indícios	Entre 30 - 90 dias	
Segmentos				
Corporate				
Construção e CRE				
Habitação				
Particulares	0,7%	5,3%	20,3%	61,4%

Nota 33 – Honorários do Revisor Oficial de Contas

A sociedade efetiva é "MAZARS & ASSOCIADOS - SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A.", inscrita na OROC sob o número 51 e na CMVM sob o número 1254, sendo representada pelo sócio Fernando Vieira, revisor oficial de contas com o número de inscrição 564.

No decorrer do exercício de 2013 e 2014 foram prestados por esta sociedade os seguintes serviços (valores sem IVA).

	31/12/2014	31/12/2013
Auditoria e Revisão Oficial de Contas	23.000	20.000
Análise do Controlo Interno	6.500	5.700
Análise de Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo	3.000	3.000
Análise Provisões Económicas	3.000	3.000
	35.500	31.700

Nota 34 – Divulgação de informação relativa ao ónus sobre ativos conforme Instruções 28/2014 e 29/2014 emitidas pelo BdP

O Banco não detém Ativos abrangidos pela instrução 28/2014.

Pelo que nada há a reportar sobre as instruções 28/2014 e 29/2014 do Banco de Portugal.



4. Certificação Legal das Contas



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras de **BANCO BNP PARIBAS PERSONAL FINANCE, SA**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2014 (que evidencia um total de 1 016 014 470 euros e um total de capital próprio de 140 606 863 euros, incluindo um resultado líquido de 41 951 416 euros), a Demonstração dos resultados e do rendimento integral, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas ("NCA") emitidas pelo Banco de Portugal, as quais têm por base as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") em vigor, tal como adoptadas na União Europeia, com as excepções referidas nos Avisos nº 1/2005, nº 4/2005 e nº 7/2008 do Banco de Portugal, que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;

RUA TOMÁS DA FONSECA, CENTRO EMPRESARIAL TORRES DE LISBOA, TORRE G - 5º, 1600-209 LISBOA, PORTUGAL
TEL.: + 351 21 721 01 80 - FAX: + 351 21 726 79 61 - E-MAIL: MAZARSLISBOA@MAZARS.PT

RUA DO CAMPO ALEGRE, 830, 3º - S14, 4150-171 PORTO, PORTUGAL
TEL.: + 351 22 605 10 20 - FAX: + 351 22 607 98 70 - E-MAIL: MAZARSPORTO@MAZARS.PT

MAZARS & ASSOCIADOS, SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, SA
INSCRIÇÃO Nº 51 NA OROC - REGISTADA NA CMVM SOB O Nº 1254 - NIIPC 502 107 251 - CAPITAL SOCIAL 150.000,00 € - CRC LISBOA



- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de **BANCO BNP PARIBAS PERSONAL FINANCE, SA** em 31 de Dezembro de 2014, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal.

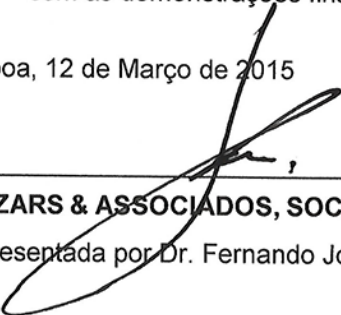
ÊNFASE

8. Sem afectar a opinião expressa no paragrafo 7 acima, chamamos a atenção para o registo por estimativa, com base na informação disponível à data de encerramento das contas de 2014, de uma provisão prudencial para fazer face à perda potencial a suportar pelo **BANCO BNP PARIBAS PERSONAL FINANCE, SA** na proporção da sua participação no Fundo de Resolução e em resultado da alienação do “Novo Banco” (Nota 26 do Anexo às Demonstrações financeiras).

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

9. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 12 de Março de 2015



MAZARS & ASSOCIADOS, SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, SA
representada por Dr. Fernando Jorge Marques Vieira (Revisor Oficial de Contas nº 564)



5. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal





A handwritten signature in blue ink, appearing to be "L".

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas,

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias e nos termos do mandato que nos foi conferido pela Assembleia Geral de 2014.03.31, vimos apresentar-vos o relatório da nossa atividade e o nosso parecer sobre os documentos de prestação de contas do *BANCO BNP – PARIBAS PERSONAL FINANCE, S.A.*, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

O Relatório da Gestão contém exposição fiel e clara sobre a evolução dos negócios, numa análise equilibrada e global do desempenho e dos seus resultados e da posição da Sociedade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta (tendo em conta as categorias definidas pelo regulador), com referência aos montantes inscritos nas contas do exercício e explicações adicionais relativas a esses montantes.

A análise feita abrange tanto os aspetos financeiros como referências de desempenho não financeiras relevantes para as atividades específicas da Sociedade, incluindo informações sobre responsabilidade social e ambiental, qualidade e questões relativas aos trabalhadores, nomeadamente a sua repartição (de género, etária, antiguidade, geográfica), a política salarial, compensações e benefícios, seleção, avaliação do desempenho, desenvolvimento e formação; descrevem-se as políticas de cobertura dos principais riscos e a ligação com o Grupo.

Abrange, também, condições do mercado, investimento, custos e proveitos, aludindo-se a atividades de investigação e desenvolvimento descrevendo atividades previstas e projetos em curso. Inclui e assume a responsabilidade social e ambiental e a política da qualidade.

Indica, ainda, implicitamente os fatos relevantes ocorridos após o termo do exercício na referência à evolução previsível e apresenta uma proposta fundamentada de aplicação dos resultados.

Procurámos acompanhar a envolvente que, aliás, é bem descrita no Relatório da Gestão, quer no geral – internacional e nacionalmente - quer no sector (e subsectores) em que a Sociedade atuou, possibilitando o mesmo a perceção dos diferentes segmentos, ainda que não se detalhe a concorrência e o preço (que é, no caso, predominantemente a taxa de juro, de que se analisa a evolução da dívida pública a longo prazo).



A conjuntura vivida e aí bem traçada foi, em síntese, de reversão do ciclo, o qual vinha sendo negativo e agora mostrou um crescimento moderado, um desemprego ainda alto, mas com a sua taxa a baixar para um nível menos desconfortável.

A atividade do crédito ao consumo é especialmente delicada nestas épocas de crise e tem que ser equilibrada e contemplar harmoniosamente vertentes contraditórias, como seja satisfazer realisticamente as necessidades sociais (que se agravam nestes períodos) com o "interesse da sociedade, atendendo aos interesses de longo prazo dos sócios e ponderando os interesses dos outros sujeitos relevantes para a sustentabilidade da sociedade, tais como os seus ... clientes ...", para aproveitarmos o dizer do legislador comercial.

Se assim for e se concedido e gerido com ética e consciência social, o crédito ao consumo pode amenizar dificuldades e, até, promover em algum grau a dinamização da economia, viabilizando pequenas iniciativas e dinamizando o consumo: não está aí a origem desta atividade especializada no seu pós-II Guerra na necessidade da oferta de bens duradouros ver aumentada a sua procura e não foi isso eficaz?

E se assim não for por parte de alguns dos seus agentes ativos relevantes, não deixará de haver público clamor, mesmo com base apenas em casos particulares e pontuais, com consequências para todo o mercado, atenção de políticos e reguladores e, logo, com repercussão em todo o setor, ainda que seja o justo a pagar, para lembrar o ditado.

Isto dentro do Sub-Grupo *Personal Finance* que tem o conhecimento acumulado de mais de 60 anos de crédito especializado ao consumo (desde que Jacques de Fouchier fundou a CETELEM nos idos de 1953) e em que não será por acaso que é o 1º ator especializado na Europa, ganhou o prémio EFMA-ACCENTURE para a Inovação Financeira, está presente numa trintena de países de variadas culturas e se assume como agente de referência em crédito responsável (dentro da "responsabilidade económica, social, cívica e ambiental" do Grupo), fortemente comprometido com a educação orçamental do público em geral e dos clientes em particular (e que, por isso, aceita como normal a taxa de recusa de créditos, pois um "não" atempado e pedagógico é, às vezes, bem melhor que um "sim" gerador de problemas futuros) e que faz disso "fundamento da sua estratégia comercial para um crescimento sustentável.

À colação, refira-se que o Grupo reforçou o seu sistema de controlo interno e de *compliance*, colmatando deficiências e superando questões havidas.

Note-se que a Instituição tem assumido a sua responsabilidade social, destacando-se o sítio



A handwritten signature in blue ink, located in the top right corner of the page.

www.creditoresponsavel.com, "O Observador Cetelem" - com interessantes edições anuais - e o esforço para melhorar a literacia financeira através da população escolar (Programa Nota +) e, ainda, a promoção do 2º Estudo de Literacia Financeira. Atente-se, ainda nas instruções existentes para a recuperação de créditos, onde há que separar o trigo do joio, tendo que se ser, simultaneamente, firme e compreensivo.

A marca CETELEM encontra-se em Portugal já há mais de 20 anos; tal não seria possível se não houvesse uma visão de longo prazo, construindo, passo a passo, uma boa reputação. Afinal de contas foi e continua a ser, o que foi assumido e é definido como nossa missão: "ajudar os clientes a realizar os seus projetos", "preservar o seu futuro" e "ser o seu conselheiro permanente, mantendo uma relação de fidelidade". E como nossos valores: "responsabilidade, rigor, transparência", "inovação, consideração, proximidade".

Perante a crise e de acordo com as políticas explicitadas no Relatório da Gestão (Perspetivas futuras), encara-se o futuro próximo como de consolidação do crescimento, de maior proatividade da concorrência, reforçando-se a política de crédito responsável e sustentável e contribuindo-se para a melhoria da imagem do crédito ao consumo, esperando-se uma evolução positiva do consumo privado, aproveitando-a e apoiando-o responsabilmente.

O arranque de um novo canal de distribuição (C.T.T.) – ainda em fase de investimento para vir a atingir a velocidade de cruzeiro estimada, sobretudo em formação do parceiro – se positivo, alargará a rede com um elevado número de postos e com cobertura total do País.

O exercício em apreço apresenta excelentes indicadores de desempenho, nomeadamente quanto a resultados (em valor, ROA, ROE). Porém, em maior detalhe, verifica-se a elevada contribuição para o mesmo das "Correções de valor associadas ao crédito a clientes" – favoráveis em 11,2 milhões de euros em termos líquidos (23,1 em 2013 e 37,8 em 2012) e "Alienação de carteira de clientes" (Nota 25: 24,1 milhões em 2014, 2,5 em 2013 e 0,3 em 2012). Ou seja, está-se a beneficiar no presente da prudência havida em exercícios passados no provisionamento de crédito e, simultaneamente, também a antecipação da crise, tendo-se então optado por prudência atempada na concessão e gestão dos créditos, os quais, afinal, se comportaram melhor do que se chegou a esperar.



Já o nível dos "Juros e rendimentos similares" (103,9 milhões em 2014, 116,7 em 2013, 129,7 em 2012) vem refletindo uma baixa da taxa de juros, mas também, uma potencialmente apreensiva, mas já ultrapassada, evolução do "Crédito a clientes" (em termos brutos: 1.091,7 milhões em 2014, 1.133,6 em 2013 e 1.278,7 em 2012, mas que em termos líquidos já mostra uma recuperação – garantia de sustentabilidade – de 959,6 para 978,1 de 2013 para 2014), graças à "produção" (crédito concedido) no exercício: 641 milhões (+24%) (312 mil novos contratos a k€2,1 médios) em 2014, 517 milhões (306 mil, k€1,7) em 2013, 524 milhões (300 mil, k€1,7) em 2012.

Se a nossa quota no ambiente ASFAC melhorou, a mesma caiu ligeiramente no mercado total do crédito ao consumo (Banca incluída): de 7,4% para 7,0%.

Questões não recorrentes afetando negativamente o resultado: o Fundo de Resolução (apesar da nossa pequena participação e de **não recebermos recursos** do público, a questão BES/GES teve o tratamento e o impacto referidos nas Notas 16 e 26. *in fine*, num ambiente de elevada incerteza e em que o regulador/emite de normas contabilísticas ainda não deu qualquer orientação em matéria cuja aplicação da Directiva é novidade em termos comunitários), que é uma das materializações do risco de regulamentação que o sector enfrenta; também o IVA referido na nota 13.

Oportunamente, emitiu este Conselho o seu Parecer sobre o Relatório sobre o Sistema de Controlo Interno, bem como o seu Parecer sobre o Relato da Administração sobre o Sistema de Controlo Interno para a Prevenção do Branqueamento de Capitais e do Financiamento do Terrorismo e procurou acompanhar as observações feitas pelo Banco de Portugal.

O Conselho procurou supervisionar a Administração da Sociedade e os seus Serviços, bem como a Revisão de Contas, nomeadamente aos documentos de prestação de contas, fiscalizou a independência do Revisor Oficial de Contas e tomou conhecimento da "Certificação Legal das Contas" por este emitida e que mereceu a nossa inteira concordância. Assim, reunimos regularmente com a Administração, bem como com o órgão "Revisor Oficial de Contas", acompanhámos periodicamente as contas intercalares e demais instrumentos de gestão, procedemos ao estudo de leis, normas, regulamentos e documentos internos, efetuámos observações e fizemos indagações, com proveitosos debates, junto de quadros de topo e intermédios relevantes para a nossa missão, nomeadamente com base nos Relatórios periódicos que os seus Departamentos emitem e que sintetizam as ações realizadas e os resultados alcançados. Conferimos o cumprimento das principais obrigações legais externas, nomeadamente para com o regulador.



A handwritten signature in blue ink, located in the top right corner of the page.

Dentro dessas diligências conferimos algum relevo ao Serviço de Provedor do Cliente na medida em que, através dele, se tem um *feedback* externo das atividades internas. Refira-se que o mesmo está Certificado em termos de Gestão da Qualidade.

No final dos trabalhos, o Conselho verificou os documentos de prestação de contas, assim como as políticas contabilísticas (explicitadas na nota 2 das Notas) e tem vindo a acompanhar o processo de preparação e de divulgação da informação financeira, com vista, nomeadamente, à vossa apreciação e deliberação.

Durante o exercício não tomámos conhecimento de irregularidades ou inexatidões que devamos levar ao vosso conhecimento, tendo-nos sido prestados todos os esclarecimentos de que necessitámos; pelo apoio que recebemos no desempenho das nossas funções aqui expressamos os nossos agradecimentos.

A Nota 17 discrimina os 5 acionistas e por ela se infere que não existem ações próprias. Não se verificaram negócios entre a Sociedade e os seus administradores. Não houve operações de cobertura, salvo o referido nas Notas 2.3.1 e 22 (2013). A Sociedade tem instalações em Lisboa e em Gaia, conforme é referido os "Aspetos gerais" introdutórios às Notas.

A proposta de aplicação de resultados incluída no Relatório de Gestão está fundamentada e cumpre as disposições legais pertinentes.

Tendo-nos sido presentes os documentos de prestação de contas, que satisfazem as disposições legais e estatutárias, e contém a proposta de aplicação de resultados e atendendo à citada "Certificação Legal das Contas" e às suas conclusões, envolvendo dentro do âmbito aí referido, a verificação da concordância da informação financeira constante no relatório de gestão com as demonstrações financeiras e exprimindo a opinião de que essas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira em 2014.12.31, o resultado das operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal,



Somos de **parecer** que:


- merecem aprovação o "Relatório da Gestão", o "Balanço", as Demonstrações: "de Resultados e do Rendimento Integral", "dos Fluxos de Caixa", de "Alterações dos Capitais Próprios" e as correspondentes "Notas";
- merece aprovação a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração;

e **propomos**:

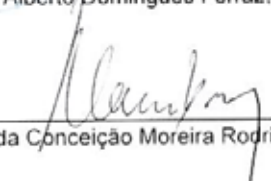
- votos de confiança no Conselho de Administração – em todos e em cada um dos seus membros – e no Revisor Oficial de Contas, nos termos do art.º 455º do C.S.C.;

Lisboa, 16 de março de 2015

O CONSELHO FISCAL



Carlos Alberto Domingues Ferraz, Presidente



Amadeu da Conceição Moreira Rodrigues Cambão

Stéphane Eric Manteau



Rua Tomás da Fonseca, Torres de Lisboa, Torre G 15º, 1600-209 Lisboa,
Capital Social 45.661.800,00€, CRC de Lisboa e NIPC 503016160 - www.cetelem.pt